

Incubadoras Sociais Universitárias



**Sob o pêndulo do enfrentamento à
extrema pobreza no Brasil e à
manutenção do sistema**

Caroline Goerck
Fábio jardel Gaviraghi
Cristina Kologeski Fraga
Carolina Ritter
Ana Cláudia Storchi Carlos
Raquel Aparecida Celso

Autores/organizadores:

Caroline Goerck

Fabio Jardel Gaviraghi

Cristina Kologeski Fraga

Carolina Ritter

Ana Claudia Storchi Carlos

Raquel Aparecida Celso

**Incubadoras Sociais Universitárias:
sob o pêndulo do enfrentamento à extrema
pobreza no Brasil e à manutenção do sistema**

1a. Edição

**BAGÉ - RS
EDITORA FAITH
2018**

Título: Incubadoras Sociais Universitárias: sob o pêndulo do enfrentamento à extrema pobreza no Brasil e à manutenção do sistema

Autores: Caroline Goerck, Fabio Jardel Gaviraghi, Cristina Kologeski Fraga, Carolina Ritter, Ana Claudia Storchi Carlos, Raquel Aparecida Celso.

Capa: Editora Faith

Diagramação: Editora Faith

Copyright: ©2018 todos os direitos reservados ao autor, sob encomenda à Editora Faith.

ISBN: 978-85-68221-34-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I37 Incubadoras sociais universitárias: sob o pêndulo do enfrentamento à extrema pobreza no Brasil e à manutenção do sistema / Caroline Goerck, Fabio Jardel Gaviraghi, Cristina Kologeski Fraga, Carolina Ritter, Ana Claudia Storchi Carlos, Raquel Aparecida Celso; (Organizadores).--- Bagé,RS:Faith, 2018.
108.

ISBN:978-85-68221-34-1

1.Sociologia 2.Universidades

3. Diferenças sociais

I. Goerck, Caroline II. Gaviraghi, Fabio Jardel

III.Fraga, Cristina Kologeski IV.Ritter, Carolina

V.Carlos, Ana Claudia Storchi

VI.Celso, Raquel Aparecida

II.Título

CDU:316.34

Ficha catalográfica elaborada por Dayse Pestana – CRB10/1100

Direção Geral
Caroline Powarczuk Haubert

Corpo Editorial

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano - UFRGS
Prof. Dr. Dejalma Cremonese - UFRGS
Profª. Dra. Elisângela Maia Pessôa - UNIPAMPA
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - UFPEL
Prof. Dr. Gabriel Sausen Feil - UNIPAMPA
Profª. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUC-RS
Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero - UNIPAMPA
Profª. Dra. Simone Barros Oliveira - UNIPAMPA
Prof. Dr. Edson Paniagua - UNIPAMPA
Profª. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPEL
Profª. Dra. Danusa de Lara Bonoto – UFFS – CAMPUS CERRO LARGO
Profª. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel – UFFS - CAMPUS CERRO
LARGO/RS
Prof. Dr. João Carlos Krause – URI – CAMPUS SANTO ÂNGELO.
Prof. Dr. Márcio Marques Martins -UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ - RS
Prof. Dr. Marcos BARros - UFPE
Profª. Dra. Paula Vanessa Bervian – UFFS- CAMPUS CERRO LARGO/RS
Profª. Dra. Sandra Nonenmacher – IFFAR – CAMPUS PANAMBI

Sumário

1. Introdução	6
2. Transformações Societárias, Economia Popular Solidária e as Incubadoras Universitárias.....	12
2.1 Recentes Transformações Societárias, a Extrema Pobreza e a Economia Popular Solidária no Brasil	13
2.2. As Incubadoras Universitárias e o Serviço Social	27
3. Construção Metodológica da Pesquisa	34
3.1. Método Dialético-Crítico, Categorias Teórico-Metodológicas e Teórico-Temáticas	34
3.2. Tipo de Pesquisa, a Coleta e Análise das Informações	39
4. Resultados Alcançados	43
4.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e as Experiências de Economia Popular Solidária.....	43
4.2 As Incubadoras Universitárias na Região Sul do Brasil e o Processo de Incubação	55
4.3 Empreendimentos de Economia Populares Solidários Assessorados pelas Incubadoras Universitárias Pesquisadas na Região Sul do Brasil. 69	
Considerações Finais	84
Referências	95

1. INTRODUÇÃO

A Economia Popular Solidária (EPS) – constitui-se na delimitação das experiências de geração de trabalho e renda abordada no livro ora apresentado – pode ser considerada uma das alternativas existentes, no Brasil, aos trabalhadores ante o acirramento da questão social: desemprego, gerado pela reestruturação do capital. Essa alternativa manifestada por grupos informais, cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores, e, respectivamente, de seus familiares.

A EPS se expressa através de formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. Possui como princípios norteadores a posse coletiva dos meios de produção, a participação coletiva, a autogestão, a solidariedade, a autoajuda e a divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, podem definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e comercialização, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras.

Segundo dados do Banco Mundial, em 2016, um quarto da população, ou 52,168 milhões de brasileiros, estava abaixo da linha de **pobreza**, sendo que esses brasileiros viviam com menos de \$5,50 dólares (R\$18,24) por dia, equivalente a uma renda mensal de R\$ 387,07 reais por pessoa. A pobreza existente no Brasil está diretamente associada ao fato de ser um dos países com maior concentração de riqueza e desigualdade social. Nesse sentido, Cattani (2018, p. 48) afirma que “mais de 60% dos trabalhadores brasileiros recebem até dois salários mínimos por mês. Sua preocupação diária é com a sobrevivência material, com a provisão da alimentação, moradia e saúde para si e para sua família”.

Ao tratar-se de pobreza socioeconômica, pode-se afirmar que pobres são aqueles cuja renda não é suficiente para atender às necessidades básicas. A pobreza pode, pois, ser compreendida como uma situação social vivenciada por estes sujeitos desprovidos de condições materiais, posto que esta realidade é resultado da desigualdade social advinda da questão social. A pobreza no Brasil sempre existiu, no entanto, esta pesquisa tem como enfoque o final do século XX e início do século XXI e, por isso, serão abordadas as características contemporâneas da realidade brasileira.

Os trabalhadores, mesmo estando excluídos¹ do mercado formal de trabalho, estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção. Além disso, a exclusão na produção de bens e serviços ocorre por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também configura-se como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001). Dessa forma, ao mesmo tempo em que os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária estão excluídos do mercado formal de trabalho, muitos destes, estão incluídos no sistema, mas em condição perversa e de vulnerabilidade social.

Tem-se presente que estes empreendimentos podem, conforme defendem Melo e Souto (2011), caracterizar a precarização do trabalho coletivo, principalmente quando não possuem acesso aos direitos trabalhistas nem à seguridade social como um todo, além da vulnerabilidade em que o trabalho é desenvolvido. Entretanto, estes empreendimentos se constituem em uma das alternativas emergenciais de geração de trabalho e renda. Por outro aspecto, enfatiza-se que a renda obtida pelos trabalhadores é importante na medida em que pode afastá-los de outras expressões da questão social, como o tráfico, furtos, entre outros – quando

¹ Exclusão social compreendida como o não acesso dos sujeitos à riqueza socialmente produzida a direitos e políticas sociais existentes, bem como uma característica inerente ao sistema capitalista. Pois os indivíduos, ao mesmo tempo em que estão excluídos ou à margem do sistema, estão inclusos no mesmo (YAZBEK, 2001), lembrando que no aspecto que faz menção ao trabalho formal, o desemprego é inerente ao capitalismo.

motivados pela falta de renda.

Destaca-se, a partir dessa problemática, a importância do suporte governamental e de incubadoras universitárias frente a esses grupos, posto que o significado do trabalho possivelmente em certos empreendimentos está atrelado a outros elementos, além do aspecto econômico. Dito de outra forma, constitui-se em uma das formas de inserção e interação social dos trabalhadores, possibilitando em alguns empreendimentos a identificação e o reconhecimento dos sujeitos diante das atividades desenvolvidas, além dos princípios que perpassam a lógica da Economia Popular Solidária. Ressalta-se ainda que as incubadoras universitárias estão se constituindo em instituições potencializadoras do desenvolvimento sustentável e em alguns casos, de tecnologia social.

A Economia Popular Solidária foi desenvolvida pelo então governo Lula no início do século XXI como integrante da agenda pública nacional. Com o objetivo de fortalecer, promover e viabilizar empreendimentos de geração de trabalho e renda, visando absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho, criou, no Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) inaugurada em 2003.

A partir da Senaes, foi constituído o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008-2011), e incorporado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que apoiava as incubadoras universitárias. Além desses programas iniciais, elaborados e executados especialmente no governo Lula, o Plano Pluri Anual (PPA) 2012-2015 do governo Dilma, ampliou as ações e programas que objetivavam apoiar os empreendimentos de Economia Popular e Solidária. Essa ampliação foi constituída por meio da criação do Programa Resíduos Sólidos e do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e de Economia Solidária, o qual tem entre as suas principais metas a promoção da incubação, assessoria técnica e o fomento direto aos empreendimentos econômicos solidários.

Em abril de 2016, a mudança do governo e suas respectivas prioridades, impostas pelo processo de impeachment, ocasionou a destituição

da gestão da Senaes. No dia 4 de novembro de 2016, a Senaes foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho. Um dos maiores desafios da Senaes era transformar estas ações que envolvem a Economia Popular Solidária em uma política efetiva de Estado, e não somente política de governo.

As incubadoras universitárias², por sua vez, objetivam – entre outras ações que envolvem o aspecto técnico e político – fortalecer os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda para que se tornem autogestionários, podendo contribuir na retirada dos sujeitos da condição de extrema pobreza, foco desta pesquisa. Para isso, as incubadoras tem como propósito fortalecer e potencializar os grupos de geração de trabalho e renda por meio de um acompanhamento, de forma que adquiram autonomia econômica e social, contribuindo também com o desenvolvimento sustentável local e regional.

A pesquisa que deu origem a este livro buscou desvelar como as incubadoras universitárias estavam desenvolvendo o processo de incubação com os empreendimentos de geração de trabalho e renda – após a criação da Senaes – averiguando se este trabalho estava contribuindo ou não para o enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica, tendo como delimitação a Região Sul do Brasil e como amostra intencional seis incubadoras universitárias e sete empreendimentos de Economia Popular Solidária. Esta região foi delimitada, tendo em vista a maior proximidade da equipe e da instituição universitária que realizou a pesquisa, posto que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), está localizada no Rio Grande do Sul. Definiu-se também a limitação temporal entre o período de 2003 e 2012, tendo em vista averiguar o traba-

² “As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários destinam-se a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, e no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas”. (MTE, 2014d).

lho que vinha sendo desenvolvido por estas incubadoras, após a criação da Senaes, tentando compreender também como vinha ocorrendo essa vinculação entre as incubadoras universitárias e o governo federal – desde o governo Lula até o governo da presidente Dilma.

Afinados a essa perspectiva, reafirmamos, nesse estudo, o compromisso ético-político dos profissionais de Serviço Social que consiste na ampliação e consolidação da cidadania. O Serviço Social é uma das áreas com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda – que compõem a Economia Popular Solidária –, e com as incubadoras universitárias, pois essas experiências coletivas surgem como uma das formas de gerar trabalho e renda a esses sujeitos, diante das manifestações de desigualdade da questão social – entre essas, o desemprego e a exclusão social.

Para a realização da pesquisa que embasou este livro, foram aprofundadas as abrangências conceituais de três categorias teórico-temáticas, sendo elas: Pobreza Socioeconômica, Geração de Trabalho e Renda e Incubadoras Sociais. Nessa direção, o estudo possuía a seguinte questão central: como as incubadoras universitárias, por meio do processo de incubação, podem estar contribuindo para o enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da Senaes?

A pesquisa foi realizada tendo como embasamento e leitura da realidade o Método Dialético-Crítico, utilizando as categorias teórico-metodológicas de Historicidade, Totalidade e Contradição. Essas categorias metodológicas nortearam a pesquisa literária, a pesquisa na internet, a coleta e a análise de informações obtidas pelos trabalhadores dos empreendimentos e incubadoras universitárias. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora se tenha levado em consideração, também, os dados quantitativos, já que compreende-se que os dados qualitativos e quantitativos se complementam.

Diante disso, esse livro é composto, no primeiro capítulo, pelo referencial teórico relacionado ao tema, suas categorias teórico-temáticas e teórico-metodológicas. Primeiramente, são mencionados os elementos do século XX e do limiar do século XXI, contexto desencadeante da

reestruturação do capitalismo, em que emergiram os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária. Em seguida, é introduzida a Economia Popular Solidária no Brasil e a Senaes com seus respectivos programas sociais destinados aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e também às incubadoras universitárias, bem como a importância da abordagem do Serviço Social para a Economia Solidária.

No segundo capítulo, são explanados o método e a metodologia utilizados na realização deste estudo explicitando o posicionamento político que inspira a opção pelo método dialético-crítico e, também, o desenho da pesquisa, especificando seus procedimentos de maneira detalhada

No terceiro capítulo, são divulgados os resultados da pesquisa, averiguando se as incubadoras universitárias, por meio do processo de incubação, poderiam estar contribuindo ou não para o enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da Senaes. Dessa forma, é introduzida a Senaes com os seus programas sociais e legislações de aporte aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e às incubadoras universitárias, incluindo o PRONINC. Posteriormente, são abordadas as incubadoras universitárias, seguida pela caracterização dos empreendimentos pesquisados, na sequência, são tecidas as considerações finais.

Por fim, mas não menos importante, é mister agradecer o apoio financeiro do CNPq por meio do Apoio a Projetos de Pesquisa N° 18/2012 – Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas – processo 404064/2012-4, ao projeto intitulado Incubadoras Universitárias: uma das possibilidades de enfrentamento à extrema pobreza no Brasil, que dá subsídios fundamentais para que o livro ora apresentado pudesse ter materialidade.

2. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS

O trabalho desenvolvido pelos sujeitos objetiva a transformação da natureza pelo uso da técnica, em serviços e produtos que beneficiem a humanidade, por meio de seus valores de uso³. As questões referentes ao trabalho e seus processos de produção, gestão e comercialização exercem influência fundamental na forma de organização e sistematização da sociedade, com suas respectivas relações socioeconômicas, políticas e culturais.

Desde as últimas décadas do século XX, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Frente a esse contexto, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho. As alternativas de geração de trabalho e renda apresentam-se, muitas vezes, por meio das experiências cooperativistas e associativistas, emergidas principalmente a partir da década de oitenta do século XX, compondo, entre outros elementos, a Economia Popular Solidária.

Silva (2006) ressalta que a pobreza socioeconômica é composta por aqueles cuja renda não é suficiente para atender as necessidades básicas. Nesse sentido, a pobreza pode ser compreendida como uma situação social vivenciada no dia a dia desses sujeitos desprovidos de condições materiais. Pode-se inferir também que a situação de pobreza é resultado da desigualdade social, que no modo de produção capitalista, pode ser concebida como uma expressão da questão social que se manifesta como resultado do conflito entre o capital e o trabalho.

Assim, diante dessa realidade, é necessário destacar que os empreendimentos da EPS podem ser assessorados de forma sistemática por

³ Quando alguma “coisa”, por suas propriedades físicas, possui utilidade para os sujeitos, pode-se dizer que esta “coisa” possui um valor de uso (MARX, 1988).

instituições apoiadoras, entre elas, as Incubadoras Universitárias. Estas últimas, unindo o saber popular e o técnico-científico buscam alavancar a manutenção ou o alcance da viabilidade econômica destes grupos que visam a geração de trabalho e renda de forma diferenciada. Para apresentar as experiências que constituem a Economia Popular Solidária e suas principais características, limites e possibilidades, faz-se necessário abordar as transformações societárias e o cenário da extrema pobreza socioeconômica que induziu o reaparecimento do trabalho coletivo e autogestionário na sociedade brasileira no final do século passado.

2.1 Recentes Transformações Societárias, a Extrema Pobreza e a Economia Popular Solidária no Brasil

Os séculos XX e XXI são cenários de acentuadas transformações que envolvem o processo de trabalho, com suas respectivas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas mudanças significativas e recentes envolvem a organização do trabalho e os direcionamentos políticos tomados pelos gestores especialmente no final do milênio passado.

Em países de economia avançada, vigorou o *Welfare State*⁴ que tinha como finalidade a intervenção no planejamento econômico, montando esquemas de transferências sociais públicas, disponibilizando bens e serviços aos cidadãos (COUTO, 2006). Este modelo de Estado, *Welfare State*, foi utilizado para regular as crises cíclicas do capital, mediante as políticas *Keynesianas*⁵, sendo “necessário à intervenção do Estado através

⁴ Entre os princípios do *Welfare State*, Behring e Boschetti (2012) destacam como sendo elementos centrais deste modelo de organização que vigoravam até meados do sec. XX. São eles: 1) a responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos pelo conjunto de três ações, que são: regulação do mercado a fim de manter elevado nível de emprego, prestação de públicos universais, como educação, assistência e habitação. 3) a universalidade dos serviços sociais; 4) a implantação de uma rede de serviços e de assistência social.

⁵ Teoria econômica elaborada por John Maynard Keynes (1883-1946). Essa teoria foi implantada pelo presidente *Roosevelt* nos Estados Unidos da América, por meio do *New Deal*, durante o período de Depressão após a crise de 1929 (queda da bolsa de Nova York, que atingiu em esfera global todos os países capitalistas).

de um planejamento, para que as condições de acumulação capitalista sejam restabelecidas” (COUTO, 2006, p. 65).

Neste período de vigência, vigoravam os protótipos de produção *Tayloristas* e *Fordistas*. As empresas que funcionavam nessa lógica tinham a sua “produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea [...] produção seriada e em linhas rígidas [...] tendendo a um barateamento dos preços e desse modo ampliando o consumo” (ANTUNES, 2008, p.43).

Com estes modelos produtivos, ocorreu a massificação da classe operária, conjuntamente com a precarização das condições e relações de trabalho, fazendo com que eclodissem no século XX movimentos reivindicatórios e questionadores⁶ destas metodologias de produção.

Outros elementos que contribuíram para a transição dos processos de produção do *Taylorismo/Fordismo* ao *Toyotismo* foram: a queda dos ganhos de produtividade pelo capital; a abertura à concorrência internacional – pela globalização –; a flexibilização do capital⁷; a desterritorialização; a crise do *Welfare State* e a introdução do referencial teórico neoliberal no Estado e nas relações de mercado (COCCO, 2001).

Nestes contextos sociais e econômicos, os governos dos Estados de capitalismo avançado, liderados por *Margaret Thatcher* na Inglaterra, em 1979 e *Ronald Reagan* nos Estados Unidos, em 1980, implantaram uma política econômica e social respaldados no aporte teórico neoliberal. Nesta direção, em novembro de 1989 foi realizado nos Estados Unidos da América, um encontro designado de Consenso de *Washington*. Este encontro se tornou mundialmente conhecido por ter como perspectiva o ajustamento das “economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados no plano internacional” (DRUCK, 1999, p. 23).

⁶ Estas manifestações foram concebidas por meio de greves, boicotes, fortalecimento do movimento sindical (MATTOSO, 1995).

⁷ É marcada pelo confronto direto com a rigidez do *Fordismo*. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (IANNI, 1999, p. 19).

O Estado respaldado no Neoliberalismo consiste também na retirada do Estado dos bens e serviços sociais públicos – políticas sociais –, e não somente em relação ao financiamento do capital, acirrando a questão social.

O governo considera que o Estado deve deixar de ser o “responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social” para se tornar *promotor e regulador* desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado (IAMAMOTO, 2012, p. 120).

Outro elemento preponderante que contribuiu à crise nas relações e processo de trabalho foi a abertura e/ou mundialização dos mercados⁸. A abertura de mercado em âmbito mundial, intensificada durante a década de 90 do século XX, é constituída pelos seguintes processos: globalização e dinamização do mercado mundial; acumulação flexível⁹; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais¹⁰; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado.

Outro fenômeno emergido no término do século XX está atrelado ao processo de desterritorialização. A desterritorialização aliada à globalização suscita “uma enorme centralização do capital, que se ex-

⁸ A mundialização não é um fenômeno recente. A primeira tentativa de globalizar a economia foi na primeira metade do século XX. Entretanto, fracassou devido ao período entre-guerras (SINGER, 2000). Marx (1988) aponta que a globalização foi impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional.

⁹ A acumulação flexível é constituída pela: “desregulamentação” dos direitos trabalhistas, gerando o desemprego, pelo capital volátil, pelo fechamento de unidades de trabalho, pela reorganização financeira e tecnológica, pela flexibilidade dos padrões de consumo (IANNI, 1999).

¹⁰ As transnacionais possuem como mecanismos de funcionamento a descentralização, ou seja, o deslocamento de postos de trabalho para outros países, objetivando a diminuição de trabalhadores contratados e maior produtividade (MARQUES, 2002).

pressa: na internacionalização da realização e produção da mais-valia; na internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho; e na internacionalização do controle do capital” (BEHRING, BOSCHETTI, 2002, p. 130).

Diante destas circunstâncias, iniciou-se um processo de reorganização do próprio capital, com seu sistema ideológico e político de dominação, resultando num acentuado processo de reestruturação no trabalho e suas formas de produção e gestão (MATTOSONO, 2000). A chamada reestruturação do capitalismo, que foi determinada pela classe dominante como o processo de empresa enxuta, conforme Antunes (2008), adotou o toyotismo como seu modelo de produção e seguiu as seguintes características: novas formas de produção; pela revolução micro-eletrônica; pelo surgimento de novos tipos de automação, robótica e mecanização; pelos novos protótipos de fornecimento; pela flexibilização do processo de trabalho; pela criação de novos setores produtivos; pelo desenvolvimento do setor terciário – setor de serviços –; pelo trabalho à domicílio – realizado em casa –, sendo encomendado e/ou negociado com o consumidor; pelos novos mercados e padrões de consumo, e, sobretudo, pelas taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. “Na década de 2000, delineou-se com maior clareza o que consideramos a ‘nova precariedade salarial’”. (ALVES, 2013, p. 141).

Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capitalismo não gera mais uma significativa quantidade de trabalho, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, mantendo o desemprego em níveis elevados e conseqüentemente ampliando o desenvolvimento de atividades informais e desprovidas de direitos (TAVARES, 2007).

A informalidade¹¹ e a precarização¹² do trabalho assalariado tam-

¹¹ Para Bosi (2008, p. 113) “[...] as ocupações tidas como ‘informais’ vêm ganhando relevância no mundo do trabalho exatamente porque têm sido acionadas como forma de produção preferencial do capital e não como escolha exclusiva dos trabalhadores’. A informalidade que “é um conceito amplo e envolve inúmeras atividades” (MELO, SOUTO, 2011, p. 51) está entre os principais motivadores na elevação dos índices de pobreza, principalmente porque “essa forma de trabalho que se expande sob o signo da flexibilidade já não se restringe às pequenas unidades produtivas que funcionavam sem relação com a produção capitalista” se

bém possibilitam a ampliação da pobreza na sociedade brasileira. Salienta-se que, além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, designada de “velha pobreza”, com a Reestruturação do Capital, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos - emergentes -, outra forma de exclusão social, nomeada de “nova pobreza” (REIS, 2002). Estas novas exclusões sociais são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

O Brasil possui muita concentração de renda. Evidência disso são os dados divulgados pelo IBGE, os quais revelam que, em 2012, 10% da população estava concentrando cerca de 42% da renda no país. Outras informações relevantes apontadas neste estudo são que 40% dos mais pobres concentram apenas 13,3% da renda do país. Mesmo existindo ainda muita diferença houve uma redução da desigualdade de rendimento, sendo que os dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, que era de 16,8 vezes em 2002, reduziu-se para 12,6 vezes em 2012. (IBGE, 2012).

É importante frisar a desigualdade por cor ou raça, pois o “rendimento médio das pessoas ocupadas pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade equivale a 60% do rendimento médio da população branca nessa faixa etária” (IBGE, 2012, p.140). O mesmo relatório aponta ainda que dos 10% dos mais pobres, 14,1% são negros e mulatos e somente 5,3% dos brancos. Já entre os 10% mais ricos estão 15,9% dos brancos e apenas 4,8% dos negros. (IBGE, 2012).

expandindo também para os outros setores (MELO, SOUTO, 2011, p. 52). Deve-se destacar ainda que “estar na informalidade pode representar um custo social extremamente alto” pois na atualidade a população trabalhadora vem se inserindo em espaços que negam os direitos trabalhistas, ampliando assim o seu grau de exposição a vulnerabilidade, implicando na degradação da qualidade de vida e da proteção social (ANTUNES, 2008, p.146).

¹² A precarização se apresenta nos mais diversos setores produtivos, tendo como dimensão os ramos produtivos ou improdutivos, na dimensão do trabalho material ou imaterial, não importando as profissões ou relações sociais, ou seja, a mesma atinge as mais diversas categorias profissionais, mudando apenas a intensidade, a qual se define através do nível de luta e resistência dos trabalhadores (LUCENA, 2008).

Além da desigualdade de cor ou raça, a desigualdade de gênero ainda é assustadora, em que os salários das mulheres correspondem apenas 73% do salário dos homens em 2012. (Ibid, 2012).

Entre os jovens de 15 e 29 anos, aproximadamente 20% não trabalham e também não estudam. Ou seja, em torno de 9,6 milhões de jovens, entre eles 70,5% são mulheres e tem as suas perspectivas reduzidas, retardando assim inclusive a saída da casa dos pais. (Ibid, 2012). Esse dado é particularmente relevante, pois configura que muitos jovens estão fora do mercado formal de trabalho.

É possível mencionar que muitos dados apontados nessa síntese de indicadores sociais, como a redução dos índices de desemprego, da pobreza, da pobreza extrema, são frutos de programas sociais, que vinculados a políticas de governo e de Estados tem alterado os índices de desigualdade. Mesmo que 36 milhões de pessoas tenham saído da condição de pobreza desde 2003, ainda é necessário alterar as bases da organização social e econômica do país.

Evidencia-se ainda que ao abordar o tema pobreza, faz-se necessário, frisar que essa se caracteriza de forma multidimensional, na qual mesmo que o aspecto monetário se torna a principal referência para definir quem está em situação de pobreza, o fator não monetário também deve ser levado em conta, entre eles: o acesso aos serviços de saúde, serviços básicos, acesso à alimentação, habitação, condições dos domicílios, e até mesmo acesso a seguridade social.

O IBGE informou que 22,4% da população brasileira estava em situação de vulnerabilidade, por conta da renda ou por carências sociais. Ainda de acordo com a mesma fonte (IBGE, 2012, p. 171), “este fato corrobora a ideia de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, visto que a maior parte das pessoas que apresentam vulnerabilidade sob o ponto de vista unidimensional da renda apresenta também algum tipo de privação ou carência social”.

Segundo o 5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que objetiva “acabar com a pobreza extrema e a fome”, baseando-se no mesmo Relatório da ODM (2014), a meta fixada para todos os países era originalmente re-

duzir à metade do nível registrado em 1990, quando um a cada quatro brasileiros (25,5%) era considerado miserável; no entanto, o país traçou metas maiores do que a internacional de reduzir a pobreza extrema e a erradicação da fome, sendo que em 2007, o Brasil já havia atingido essa meta.

Destaca-se ainda que o indicador mais usado na mensuração da desigualdade de rendimentos o índice de Gini. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (2013), que varia de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo de desigualdade e 0 a igualitária distribuição de rendimento, nos anos 2011 o Brasil atingiu o índice de 0,507 e, em 2012, continuou no mesmo patamar, sendo que, em relação região Sul esta apresentou menor desigualdade, com 0,466.

No Rio Grande do Sul (2012), há uma relação entre o aumento da educação e da renda média, onde o analfabetismo passou de 7,08% para 5,46% na região sul.

Os autores deste livro não possuem uma visão reducionista dos elementos que levam as pessoas a atingirem ou permanecerem na condição de pobreza e extrema pobreza. Mas, entendem que o fator renda a principal porta de entrada, o primeiro acesso para essa condição.

A partir dessa perspectiva, possível destacar que as políticas sociais que estão sendo constituídas, relacionadas Economia Popular e Solidária não são compreendidas como forma de substituir as políticas de emprego e renda em implementação ou implantação. Ambas têm por objetivo contribuir na redução da pobreza extrema, como são evidenciados nos seus objetivos.

Outra questão que se destaca que em que pese a pobreza também estar atrelada ao desemprego e desigualdade socioeconômica no Brasil, “[...] desemprego e pobreza são expressões diferenciadas da ‘questo social’ [...] políticas de assistência social não podem substituir políticas de emprego e de seguridade social (SANTOS, 2012, p.235).

Concomitante a isso, não se compreende a Economia Popular Solidária como uma forma de substituição as políticas de emprego e seguridade social. Concebe-se que estes empreendimentos quando advindos de trabalhadores vulnerabilizados e excluídos do mercado for-

mal de trabalho, constituem-se em possibilidades de obtenção de rendimento, que pode contribuir com o enfrentamento da extrema pobreza. Menciona-se ainda que se estes grupos estiverem respaldados em princípios de Economia Solidária, podem se configurar num outro formato de gestão, execução e compreensão do trabalho que desenvolvido, obviamente dentro do sistema capitalista.

Destaca-se esta realidade porque, mesmo com políticas de emprego e renda, uma parcela da população não tem acesso ao mercado formal de trabalho, além de certos empreendimentos possuírem uma lógica de trabalho diferenciada dos empreendimentos privados, mesmo estando inseridos no sistema.

Frente a este contexto, na medida em que não se rompe com o sistema capitalista e suas implicações, torna-se necessário o apoio governamental para fazer enfrentamento extrema pobreza, possibilitando também o acesso a outras políticas e programas sociais, como assistência social, saúde, educação, entre outros, de forma que se promova a cidadania.

A Senaes que foi apoiada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, possuía como intencionalidade, no período dos governos Lula e Dilma, regulamentar um novo marco legal, que, além de possibilitar a legalização de grupos informais em associações e em cooperativas, objetivava criar uma legislação que pudesse incluir no sistema previdenciário brasileiro muitos destes trabalhadores que estavam na total informalidade. Isto seria importante para que estas experiências¹³ coletivas pudessem se constituir também como uma das formas de rebeldia e resistência ao sistema, mesmo no eliminando a desigualdade. A Senaes objetivava transformar as ações que compõem a política de Economia Solidária em uma política de Estado no futuro, pois encontrava-se como política de Governo. Frente a esta fragilidade, as ações da Senaes foram reduzidas a partir do governo Temer, em que não tem como prioridade este tipo de

¹³ Por meio da expressão experiências coletivas, pode-se compreender que as mesmas ainda estão em fase de experimentação, sendo que não existe, portanto, uma abordagem definitiva sobre esta realidade e assunto, posto que estes empreendimentos coletivos também estão em constante transformação.

investimento governamental.

Para Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pr-estabelecido. Na mesma perspectiva, Yazbek (2001) afirma que a pobreza se apresenta como uma das principais expressões da questão social. A extrema pobreza se amplia ou se agrava ainda mais em espaços geográficos em que o analfabetismo se apresenta com veemência.

Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenas, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados prpria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (YASBEK, 2012, p.289).

A pobreza, na maior parte das vezes, condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas a morarem juntas, em locais em que o custo de moradia baixo, ou seja, em favelas, cortiços, aluguel ou mesmo na rua, ou seja, envolve outros aspectos para além da falta de renda, porm comumente relacionados a ela. A necessidade em que se encontram as famílias nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável sobrevivência.

Frente a este contexto, um dos mecanismos de enfrentamento pobreza o desenvolvimento da economia nas comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes (SINGER, 2011, p. 411). Torna-se relevante a preocupação da sociedade contemporânea com a existência de modelos de desenvolvimento social que reduzam as desigualdades sociais¹⁴.

¹⁴ “No início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta” (CATTANI, 2003, p. 9-10).

Esses novos protótipos de desenvolvimento e conseqüentemente de enfrentamento a pobreza culminaram, entre outras frentes/ações, por meio de cooperativas, associações e grupos de trabalho, que podem ser compreendidos como uma das alternativas existentes aos sujeitos - que comumente estão margem do mercado formal de trabalho (SINGER; SOUZA, 2003) -, para gerar renda diante das manifestações da questão social.

Diante desse contexto, surgiram experiências coletivas de geração de trabalho e renda, como as de Economia Solidária e/ou Economia Popular Solidária. Os empreendimentos que constituem a Economia Popular e Solidária são formados por: clubes de troca, mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, etc. (CATTANI, 2003). Nestes empreendimentos populares, existem características que os definem como:

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.) [...] Permanentes (não são práticas eventuais). Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização. São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis (MTE, 2014b).

Para que os empreendimentos possam ser considerados como pertencentes a Economia Popular e Solidária, é necessária a existência de princípios norteadores como:

- a. Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.
- b. Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.

c. Dimensão Econômica: uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE. 2014b).

Na Economia Popular Solidária, pretende-se evidenciar os processos de trabalho e não a acumulação de riquezas pelo capital. Para Arroyo e Achuch (2006. P.38) a Economia Popular e Solidária traz consigo alguns princípios que estão ocultos na realidade atual.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, base de uma lógica oposta aquela que rege o mercado capitalista, [...] permitir [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 2000, p. 138).

Um elemento chave nos empreendimentos de Economia Popular Solidária a cooperação. “[...] podemos definir cooperação como a situação segundo a qual para que uma pessoa alcance seu objetivo, todas as demais pessoas envolvidas devem igualmente atingir seus respectivos objetivos [...]” (BARRETO, 2003, p. 291).

A natureza das atividades realizadas pelas cooperativas e associações pode ser classificada em três perfis diferentes: de distribuição (disponibilizam bens e serviços), produção (comercializam a produção dos seus associados) e de trabalho (agrupam associados/cooperados de uma mesma profissão e/ou características de trabalhadores, que fornecem suas forças de trabalho) (RECH, 1991).

Para Rovai (2006) e Icaza (2006) os empreendimentos populares e

solidários¹⁵ contribuem para o desenvolvimento local e comunitário, oportunizando para esses trabalhadores a inclusão social.

A aproximação na comunidade contribui para a viabilização do empreendimento onde “os laços de proximidade (muitas vezes de parentesco) fazem com que a Economia Solidária (como a informal em geral) se fortaleça nesse horizonte incapaz de gerar empregos (BARBOSA, 2007, p. 166).

A Senaes, através de programas que foram criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias de forma transversal, desenvolveu conforme informações obtidas pela pesquisa, diversas ações que objetivavam o apoio aos grupos de Economia Popular e Solidária (MEDEIROS, 2005). Esses programas, que se complementavam através das ações transversais, possuíam uma proposta unificada de apoio a Economia Popular Solidária através da reunião dos diversos ministérios, departamentos, secretarias e coordenações governamentais objetivando a criação de alternativas de geração de trabalho e renda.

Dessa forma, a secretaria surgiu como uma possibilidade de fomento¹⁶ aos empreendimentos de Economia Popular e Solidária¹⁷ e

¹⁵ Para Torves (2011) essas experiências são as saídas que os trabalhadores encontram para o sustento de seus familiares frente ao sistema do capital. São alternativas, que mesmo inicialmente se apresentando dentro da informalidade, como é o caso da grande maioria dos grupos de catadores de materiais recicláveis, eles “valorizam o trabalho associado e adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade”, considerando a natureza como fonte de vida e não como objeto e ou fonte de lucros (BRASIL, 2010, p 17).

¹⁶ Deve-se destacar que o fomento aos grupos de Economia Popular e Solidária também aconteceu em outras esferas estatais, onde ocorreu uma “expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão, como reconhecimento dos processos organizativos da economia solidária. Cabe destacar a formação da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária e a crescente mobilização e demanda do movimento em defesa da participação mais ativa dos governos para implantação de políticas públicas de economia solidária, com maior envolvimento, comprometimento, clareza e articulação de gestores governamentais de políticas públicas em relação à economia Solidária” (BRASIL, 2010, p. 17).

¹⁷ Para compreender a viabilidade ou inviabilidade de um empreendimento de Economia Popular e Solidária deve-se levar em conta critérios compatíveis com os princípios dos grupos autogestionários, e não critérios de planejamento e eficiência que são típicos das empresas tradicionais (CARVALHO, KRAYCHETE, 2012).

[...] na defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. So estes os que constituem a Economia Solidária (SINGER, 2011, p. 407-408).

Destaca-se que a Senaes objetivava, também, o enfrentamento pobreza:

A Senaes está empenhada em promover o combate pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem. Para tanto, diversos ministérios e secretarias do governo federal estão juntando forças. Um ponto crucial o financiamento dessas iniciativas. O governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas dele. Outra alternativa a criação de um outro sistema financeiro – solidário, popular, comunitário – que diferentes empreendimentos da Economia Solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil. (SINGER, 2011, p. 412).

Para que estas experiências coletivas fossem fortalecidas no Brasil, ocorreu uma parceria estabelecida entre a Senaes e outros setores governamentais, com instituições da sociedade civil e/ou incubadoras universitárias. Além dessa parceria, o governo Dilma, em seu plano Pluri Anual 2012- 2015 introduziu os Programas de Resíduos sólidos e o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e de Economia Solidária na agenda governamental, buscando a concretização da Política efetiva de Economia Popular Solidária. O Programa Resíduos Sólidos, atrelado também ao Ministério do Meio Ambiente, objetivava elevar o acesso aos serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada.

Faz-se necessário, diante disso, modificações na legislação em vigor, como, por exemplo, relacionadas legislação de cooperativas e da previdência social, sempre lembrando que a Economia Popular Solidária não deve desfavorecer políticas que absorvam os trabalhadores no

mercado formal e nem de retir-los da previdência social. Ou seja, manter a legislação trabalhista, mas possivelmente acrescentar a oportunidade de trabalhadores de Economia Popular Solidária contribuírem na condição de cooperados e/ou associados.

Faz-se necessário, também que os trabalhadores destas experiências usufruam de outras políticas sociais públicas¹⁸, entre elas a Política de Assistência Social, Educação, Sade e programas governamentais direcionados para esses empreendimentos coletivos e seus trabalhadores. A longevidade e durabilidade desses empreendimentos dependem de apoio de vínculos externos – políticas pblicas, programas sociais, instituições de fomento, assessorias técnicas, informações mercadológicas, etc.

A [...] Economia Solidária deve ser uma política de desenvolvimento sustentável, com participação democrática, comunitária e popular, portanto não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, e sim integrada a estas, como alavanca emancipatória, também, para os atuais beneficiários daquela política (Senaes, 2006, p.66).

Assim, não se concebe as experiências de Economia Popular Solidária nesta pesquisa como um contraponto ao capitalismo. Porém, percebe-se que o processo de trabalho quando desenvolvido nestas experiências supracitadas com base nos princípios cooperativistas, de cooperação, entre outros, tende a não compartilhar das mesmas intencionalidades contidas nos outros empreendimentos privados, como o individualismo, concorrência, acumulação e centralização de capital. Quando isto ocorre, ou ainda, quando empresas acabam se utilizando da Lei número 8.949/94 para terceirizar serviços, estes empreendimentos além de terem trabalhadores em condição de precarização, também se afastam dos prin-

¹⁸ As Políticas Sociais resultam do ideário de lutar contra a desigualdade, se caracterizando também como instrumentos utilizados para materializar os direitos sociais. Para Berinhg e Boschetti (2012, p. 51) “As Políticas Sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”.

cípios da Economia Popular Solidária e passam a se configurar como “Coopergados. Isto , empresas deixam de contratar os trabalhadores, mas também estes trabalhadores não trabalham dentro da perspectiva do cooperativismo (PAULA, 2012).

Ademais, quando o processo de trabalho não respaldado nos princípios cooperativistas, estes empreendimentos configuram exclusivamente como forma de geração de trabalho e renda, mesmo que não seja uma cooperativa terceirizada. Ao se utilizar desta compreensão teórica, no se deixa influenciar nem por um excesso de otimismo (messianismo), e nem por um excesso de pessimismo (fatalismo) sobre a compreensão destes empreendimentos coletivos, e sua respectiva política, ações e programas sociais. Parte-se, portanto, de um realismo analítico, que permeia esta pesquisa.

2.2. As Incubadoras Universitárias e o Serviço Social

As incubadoras universitárias receberam apoio do então governo federal Lula, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008- 2011), bem como pelo PRONINC, ambos vinculados a Senaes, para desenvolverem suas atividades de incubação. Evidencia-se, no governo Dilma, que o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e de Economia Solidária (PPA 2012-2015) passou a ser um dos principais espaços utilizados pelo governo de fomento s Incubadoras e conseqüentemente aos empreendimentos, além do PRONINC. O PRONINC teve a FINEP no seu conselho gestor, sendo uma das principais financiadoras, o qual, por sua vez, objetiva o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários.

Destaca-se que a maioria das incubadoras situa-se nas instituições públicas, tanto federais, como estaduais, mas poucas incubadoras dispõem de apoio financeiro substancial das suas instituições para funcionar corretamente (NUNES, 2009). Como destaca Nunes (2009) grande parte das incubadoras recebe financiamentos das instituições públicas, demonstrando o redirecionamento do poder público no fomento

de espaços de geração de trabalho e renda, alm do apoio das universidades.

Ademais, através dos financiamentos que o governo visava atingir indicadores quantitativos, além da preocupação com o cunho político e educativo. Ocorre que, para captar recursos por meio das ações e políticas governamentais, faz-se necessário também uma dedicação da equipe da incubadora para elaboração de projetos, bem como na apresentação de relatrios (PINHEIRO; GONTIJO, 2011). Essa realidade ganha destaque, pois envolve um trabalho que requer tempo para estas atividades burocráticas e, se for realizada por uma incubadora pequena, pode talvez afetar o processo de incubação. Frente a este aspecto limitador, verifica-se que poderia haver alguma outra forma de captação de recurso, ou com menos entraves burocráticos.

No que se refere ao trabalho que desenvolvido por intermédio das incubadoras universitárias, pode-se salientar que as mesmas objetivam a conciliação entre o saber popular e o saber técnico científico. Ou seja, a Incubadora visa assessorar técnica, administrativa, e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004). Além disso, tem como propósito incubar/assessorar os empreendimentos com vistas a fortalec-los e potencializ-los de forma que adquiram autonomia econômica e social, contribuindo também ao desenvolvimento sustentvel local e regional, transformando possivelmente esta realidade. O desenvolvimento sustentável envolve o respeito diversidade ambiental, a preservação da natureza, a busca pela igualdade de direitos perante o Estado, entre outros.

As incubadoras universitárias constituem-se em espaços de produção de conhecimento, possibilitando a conciliação entre a pesquisa, ensino e extensão, de forma que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvam estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre a Economia Popular Solidária como um todo, entre outras possibilidades.

O envolvimento das universidades com a construção da Economia Solidária particularmente importante pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem. Estudantes, professores e técnicos se engajam

na formação e incubação de cooperativas populares, recém-formados criam suas próprias cooperativas, experiências autogestionárias (como cooperativas de crédito) no próprio campus, são espaços de aprendizado, mas também de observação e reflexão sobre esse modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea (CATTANI, 2003, p. 37).

Além da produção de conhecimento, a incubadora tem como intencionalidade apoiar e participar da realização dos fóruns, feiras e encontros de Economia Popular Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns estaduais e nacional. Nesse sentido, muito importante a divulgação da Incubadora, dos Fóruns e destas experiências, seja por meio de apresentações de trabalhos, seja pela sistematização da metodologia utilizada para o processo de incubação, pelos boletins informativos e demais divulgações na mídia, posto que se constituem em instituições que fomentam o trabalho e a inserção socioeconômica de sujeitos, inclusive os que vivem na miséria.

Diante disso, salienta-se a importância do apoio de agências de fomentos e/ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois as incubadoras atuam comumente com os sujeitos que vivenciam as manifestações da questão social, e que estão em situação de vulnerabilidade social.

No que se refere ao processo de incubação junto às experiências de Economia Popular Solidária, o trabalho ainda incipiente, e não há, ainda, formas pr-determinadas de realiz-lo, pois está em fase de elaboração e construção. É por meio da *práxis* social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho/assessoria que vem sendo criadas metodologias que abarquem esta demanda, de incubação, que objetiva a autonomia das cooperativas, associações, grupos formais e/ou informações, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste em uma assessoria desenvolvida às experiências de Economia Solidária.

Assim, a assessoria está voltada para a busca de totalização no processo de prática no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidade da equipe, socializando conteúdos, instru-

mentos de indagação e análise, e também produzindo estudos e análises que a equipe não est preparada e nem seu papel realizar, tendo em vista as respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe sua ação (VASCONCELOS, 1995, p. 132-133).

O processo de incubação contínuo e processual. As incubadoras universitárias podem fortalecer os empreendimentos que se encontram na informalidade, grupos que so compostos por integrantes que não possuem condições iniciais como, por exemplo, de registrar o empreendimento na junta comercial, permanecendo na informalidade.¹⁹

A incubação também composta pelo auxílio na elaboração do Estatuto e do Regimento Interno do grupo, contendo os direitos e deveres de cada integrante. Para tanto, objetiva-se assessorar o grupo na sua legalização, ajudar no marketing dos produtos que serão comercializados, na articulação com os outros grupos, assessorar para alcançarem a autogestão e avaliar a autonomia do grupo finalizando o processo de incubação (EID, 2004).

Outrossim, importante buscar conhecer as lideranças do grupo, as habilidades de cada um, a procedncia dos recursos para o empreendimento, a cadeia produtiva, a concorrência, a infraestrutura necessária (EID, 2004).

As Incubadoras podem desenvolver ações que objetivam a inovação (GALVÃO, 2004), isto , os empreendimentos de economia popular e solidária que procuram nichos de mercado para a sua viabilidade e sustentabilidade, podem ter a inovação como uma importante aliada para a geração de trabalho e renda.

Ainda, através da incubadora social, podem estar a criação, o de-

¹⁹ Bosi (2008) apresenta como exemplo de grupos informais os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, os quais compartilham dessa realidade e caracterizam, quando não incubados, uma das formas mais precárias de realização do trabalho coletivo informal. Porém os autores Leal, Gonçalves e Júnior (2002), afirmam que os catadores participam como elemento base de um processo bastante lucrativo, integrando uma cadeia produtiva muito rentável. Essa rentabilidade pode se ampliar através da incubação, e se estender para todo o segmento de catadores, objetivando mudar a realidade que os trabalhadores e suas famílias vivenciam.

envolvimento e a utilização de tecnologias sociais. Estas correspondem a um conjunto de transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2012). Para Dagnino (2010, p. 210), a Economia Solidária pode ser entendida como o:

[...] o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo.

Sendo assim, a tecnologia social se constitui por produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (DAGNINO, 2009). Ou melhor, não se caracterizam somente por produtos e técnicas, mas também por metodologias que possibilitam a inclusão social dos sujeitos envolvidos com a Economia Popular Solidária.

Com este objetivo de inclusão socioeconômica e autonomia dos trabalhadores frente ao processo de produção, gestão e comercialização, menciona-se ainda o Serviço Social, no qual: “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc (IAMAMOTO, 2012, p. 28).

O assistente social trabalha entre a produção da desigualdade e a produção da resistência e da rebeldia (IAMAMOTO, 2012). Em outros termos, o trabalho profissional dos assistentes sociais realizado comumente com os segmentos sociais vulnerabilizados, que sofrem as manifestações da questão social – desigualdade social econômica, entre outras. Quando o assistente social intervém no real com estas demandas, tem como intencionalidade a superação ou a transformação desta reali-

dade, procurando o enfrentamento da extrema pobreza e a inclusão socioeconômica.

Faz-se necessário, no entanto, que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária, com as ações que agregam a seus programas sociais, bem como com as outras políticas públicas, como, por exemplo, o programa de renda mínima, a política de assistência social, a política da saúde, entre outras.

Pode-se referir que as políticas sociais públicas também são formas contraditórias de resistência às manifestações da questão social. Conforme destaca Behring (2012), os direitos sociais devem ser garantidos por meio das políticas sociais públicas, e os assistentes sociais podem encaminhar e trabalhar em rede de forma articulada, tentando garantir, para estes usuários, o acesso aos direitos sociais – posto que muitas vezes os sujeitos estão desprovidos das condições mínimas de sobrevivência.

Nessa direção, para que o assistente social planeje e intervenha nas experiências geradoras de trabalho e renda, a fim de possibilitar uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores destes empreendimentos muitas vezes vulnerabilizados e precarizados, faz-se necessário, um estudo investigativo acerca da realidade, tendo como perspectiva a busca do conhecimento e a aproximação dessa realidade.

[...] a pesquisa tem sido encarada como um elemento necessário para a “prática [...] O que se reivindica, hoje, que a pesquisa se afirme como uma dimensão importante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 56).

A contribuição dos assistentes sociais aos empreendimentos de geração de trabalho e renda est sendo realizada pelo processo de incubagem – por meio de projetos de extensão vinculados a universidades, através das incubadoras universitárias e/ou por órgãos e políticas públicas – Federação, Estado e Município.

[...] o que há muito a ciência [...] vem afirmando: toda vez que um agente entra em interação com uma situação com elementos que nela se encontram, ele já está interferindo na situação. Neste contexto, isso quer dizer que medida que o assistente social entra em contato com uma situação social a ser descoberta, ou com os sujeitos nela envolvidos, ele intervém e mais que isso, produz modificações (MIOTO, 2001, p. 151).

Frente a essa realidade, ressalta-se a relevância desse tema para o Serviço Social, pois esses empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda que perpassam as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo estando muitas vezes condicionados informalidade, podem estar se constituindo como formas de enfrentamento extrema pobreza brasileira.

3. CONSTRUÇÃO METOLÓGICA DA PESQUISA

Neste estudo, é utilizada como referência teórico-metodológica o método dialético-crítico. Esse método possibilita a leitura da realidade e a concepção sobre o homem e o mundo de uma forma que se apreenda o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui (KOSIK, 2010). Sendo assim, neste capítulo serão abordados o método e a metodologia empregados na pesquisa junto às incubadoras universitárias.

3.1. Método Dialético-Crítico, Categorias Teórico-Methodológicas e Teórico-Temáticas

A Dialética objetiva investigar a realidade pela própria contradição do real (CURY, 2000). Ou melhor, o método dialético visa desvelar a vinculação entre a unidade e a totalidade, observando a historicidade e o movimento que engendra as contradições existentes nos fenômenos e processos sociais. Essas contradições surgem de forças opostas, que negam e transformam a realidade. As pesquisas embasadas no método dialético-crítico analisam o aspecto conflituoso, dinâmico e contraditório da realidade.

A dialética pode ser vista de uma forma que se pense e se apreenda a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação (GADOTTI, 2001), sendo que o movimento do real ocorre por meio da oposição dos contrários (KONDER, 1999). Entre a passagem de uma fase à outra, na concretização do devir (vir a ser que emerge do que está sendo transformado), ocorre a negação da fase anterior. É com o conflito suscitado da própria contradição que ocorre a transformação da realidade e/ou conjuntura social, política, econômica, ideológica, cultural.

Lefebvre (1995, p. 19) afirma que “não há produção sem contradição, sem conflito, a começar pela relação do ser social (o ‘homem’) com

a natureza através do trabalho”. Nesse sentido, à medida que as relações de produção capitalistas geram expressões da questão social, entre elas o desemprego, devido ao fato de que não há emprego formal para toda força de trabalho disponível. Assim, tendo em vista, que os trabalhadores necessitam de uma fonte de geração de renda para a sua sobrevivência, emergem experiências designadas de Economia Popular Solidária, entre outras possibilidades, como formas de enfrentamento à pobreza, porém, muitas vezes, de forma precarizada. Essas expressões da questão social são oriundas dos conflitos sociais e econômicos, gerados pelos próprios mecanismos de manutenção da mais-valia pelo capitalismo (vistos sob a perspectiva social como contraditórios e excludentes).

A primeira categoria teórico-metodológica integrante do método dialético-crítico, utilizada neste estudo é a de Historicidade. Pela Historicidade, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade. A categoria de Historicidade demonstra que as transformações e o movimento, na realidade, são processuais (LÖWY, 2009).

Para o Método Dialético-Crítico, a realidade social pode ser compreendida na sua concreticidade quando se verifica a natureza e a realidade como uma unidade dialética; e o homem como sujeito incluso em um coletivo histórico-social. O sujeito é considerado como ser social e histórico, que é determinado por contextos econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais anteriores a ele (KOSIK, 2010). Também é visto, entretanto, como conceitor das transformações desses contextos, gerados anteriormente (DEMO, 2010). A partir dessa perspectiva, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de homem, de mundo e de vida no seu conjunto, em sua totalidade, em que o movimento de superação e de transformação se faz presente (GADOTTI, 2001).

A segunda categoria teórico-metodológica preponderante que integra o Método Dialético-Crítico utilizada para esta pesquisa é a de totalidade, a qual está inclusa na natureza e nos processos sociais. De acordo com Pontes (2010, p. 70), “a totalidade é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por

isso, ontológica”. A totalidade é, pois, composta por todas as partes/ unidades da realidade, dos fenômenos, objetos e processos sociais. Não existe, conforme Vasconcelos (1995), um fenômeno social que não tenha um aspecto de totalidade, ou seja, que não implique relações com outros fenômenos.

A compreensão dialética da totalidade exige o estabelecimento de relações entre as partes da realidade (CURY, 2000). Tendo-se o estabelecimento da relação entre o todo e as partes, apreende-se a totalidade. A totalidade é vista, então, não como a soma das partes, mas como um todo estruturado, dialético, no qual um fato ou parte do real pode ser compreendido. Nesse sentido, percebe-se a totalidade não como um todo determinado e nem determinante das partes, pois isso não é algo simples. Não é simples porque não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações, fenômenos, objetos e de suas próprias contradições (CURY, 2000).

A terceira categoria teórico-metodológica, a da contradição, possui como finalidade captar a interconexão entre as unidades, o movimento que engendra os contraditórios. Cury (2000, p. 27) propõe que “a categoria da contradição é a base de uma metodologia dialética [...] reflete o movimento mais originário do real [...] A racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo quais esses são provisórios e superáveis”. A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. É destruidora, mas também criadora, pois determina a superação do conflito.

Demo (2010, p. 98), ao se referir à categoria contradição, explica que “termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades históricas. Desenvolvimento é o contrário de subdesenvolvimento”, e um depende do outro para sua existência e superação.

A Contradição pode ser vista, assim, sob uma forma mais abrangente do que a negação ou a manifestação do real; ela está contida na conexão entre a totalidade e a particularidade do real, pelo movimento que gera a superação dialética (LEFEBVRE, 1995). Nesse sentido, pode-se pensar que o conflito é originário da própria realidade social.

Dando continuidade, para a realização da pesquisa foram utilizadas também três categorias teórico-temáticas. Por categorias pode-se compreender o agrupamento de ideias e/ou expressões em torno de um determinado conceito central, sendo utilizadas como critério de classificação (MINAYO, 2004). As categorias teórico-temáticas são as seguintes: Pobreza Socioeconômica, Geração de Trabalho e Renda e Incubadoras Sociais.

A pobreza socioeconômica possui diversos entendimentos conceituais, porém, entre todos os conceitos, a questão da renda está entre as principais causas da sua efetivação. A dificuldade de conceituar certamente não é maior do que as necessidades dos sujeitos que vivenciam a extrema pobreza brasileira. A pobreza, nesse sentido, pode ser considerada como a insuficiência de condições de sobrevivência – não acesso aos recursos econômicos necessários para adquirir sua alimentação, moradia, saúde, entre outros.

Esta realidade é suscitada especialmente pela falta de espaços para os trabalhadores – especialmente os menos qualificados – comercializarem a sua mão de obra, a qual está cada vez mais desvalorizada frente ao desenvolvimento tecnológico e outras transformações societárias recentes. O desemprego, na atualidade, é fruto de novas ondas de desenvolvimento industrial e vem exigindo dos trabalhadores que integram a velha ou até mesmo a nova pobreza a identificar novas alternativas de geração de trabalho²⁰ e renda²¹.

²⁰ O trabalho é fator essencial da socialização e da dinâmica das relações sociais e é considerado uma mercadoria ou um serviço que possui um valor. A força de trabalho é comercializada por seus valores de troca, pela compra e venda da força de trabalho, processo analisado no livro “O Capital” por Karl Marx (1988). Essa relação de comercialização da mão-de-obra repercute sobre a totalidade da vida em sociedade (CATTANI, 1996).

²¹ A renda esta pode ser considerada a quantidade de dinheiro que uma pessoa aufera em um determinado período de tempo. Levando-se em conta que todo rendimento é fruto do trabalho humano, só existe renda se houver trabalho humano (LISBOA, 1999.). Na sociedade que impera o modo de produção capitalista, um dos elementos que caracteriza este modo de produção é o trabalho coletivo e a apropriação privada dos frutos do trabalho, ou seja, dos rendimentos (MARX, 1988). Diante disso, a renda dos capitalistas se dá por meio da mais valia. A grande maioria das riquezas são usufruídas por parcela mínima da população, enquanto que as desigualdades são fundamentais para a ampliação do modelo e para legitimar a exclusão (CATTANI, 2003).

A geração de trabalho e renda, através da Economia Popular Solidária, constitui-se na segunda categoria teórica-temática pesquisada. A Economia Popular e Solidária possibilita aos seus integrantes a criação de espaços de trabalho para os sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, entre outros. Essas experiências para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2012a) constitui-se em jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, sendo assim uma resposta a favor da inclusão social.

Esses grupos de geração de trabalho e renda, no entanto, precisam de apoio para que possam se fortalecer para ter viabilidade socioeconômica. Frente a essa realidade, surgem as Incubadoras Universitárias, terceira categoria teórico-temática. Estas incubadoras buscam apoiar grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, assessorando-os de forma integrada e contínua para o desenvolvimento do empreendimento. Diante disso, as incubadoras visam:

[...] o fortalecimento local de comunidades, municípios e cidades, através da formação de empreendedores e da geração de empreendimentos com uso de tecnologia social [...], criando um ambiente que beneficia toda comunidade em diversos aspectos, principalmente na qualidade de vida, cidadania e visão de mundo (INSTITUTO GÊNESIS, 2008, p. 1).

Deve-se destacar também que a Senaes, através do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008-2011) visou fortalecer as experiências de Economia Popular Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, com os dois programas do PPA 2012 – 2015, bem como pelo PRONINC, os quais visavam assessorar e fomentar a criação e manutenção de incubadoras, fortalecendo os empreendimentos. O PRONINC (PROGRAMA, 2012) consiste em apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras, especialmente as universitárias, de modo a favorecer a criação e a manutenção de experiências coletivas, principalmente por meio do fortalecimento destes empreendimentos, em parceria com outros órgãos federais.

3.2. Tipo de Pesquisa, a Coleta e Análise das Informações

A pesquisa teve como objetivo central analisar como as incubadoras universitárias estavam desenvolvendo o processo de incubação com os empreendimentos de geração de trabalho e renda – após a criação da Senaes – averiguando se este trabalho estava contribuindo para o enfrentamento/redução da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil.

A partir do objetivo principal, foram construídos os específicos ou operacionais que consistiram em:

- Verificar quais eram as incubadoras universitárias que vinham assessorando as experiências de geração de trabalho e renda, na Região Sul do Brasil, com vistas a mapeá-las na referida região;

- caracterizar socioeconomicamente os trabalhadores e as experiências de geração de trabalho e renda na Região Sul do Brasil que estavam sendo assessoradas pelas incubadoras universitárias, identificando as condições de vida destes sujeitos e a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos;

- investigar como as incubadoras universitárias estavam assessorando/incubando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda na Região Sul do Brasil, potencializando o seu adensamento teórico;

- desvelar como o então governo federal estava regulamentando os recursos financeiros e incentivos à incubação de empreendimentos de geração de trabalho e renda, através das Incubadoras Universitárias, visando identificar esta realidade.

A operacionalização da pesquisa exigiu aproximações sucessivas entre a revisão teórica realizada e os sujeitos pesquisados (KOSIK, 2010). Estas aproximações sucessivas materializaram-se por meio da relação estabelecida entre a pesquisa literária, também via internet, e a pesquisa de campo, com objetivo de coletar o material e aportar contribuições às experiências coletivas e as incubadoras universitárias.

A análise da pesquisa foi realizada sob o enfoque qualitativo, embasado no método dialético-crítico, referido anteriormente. Para Minayo (2004, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mun-

do dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas”. Nesse sentido, pode-se enfatizar que a abordagem qualitativa buscou desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Assim, este estudo visou compreender – e não simplesmente quantificar, a realidade dos sujeitos nos seus respectivos empreendimentos coletivos, das incubadoras universitárias e da Senaes.

A abordagem quantitativa é utilizada para complementar e dar representatividade aos dados qualitativos, sendo caracterizada pela objetividade e pelos dados concretos, servindo assim de sistematização e fundamentação ao conhecimento produzido pela abordagem qualitativa. Os dados quantitativos e qualitativos se complementam (MINAYO, 2004).

A pesquisa foi desenvolvida com base nos pressupostos éticos necessários para a qualidade da coleta e posterior análise das informações e dados. Fez-se necessário a postura ética na produção de conhecimento científico, de modo que os sujeitos, empreendimentos e incubadoras que foram pesquisados, tivessem reservados os seus direitos, como por exemplo, o sigilo, a preservação da identidade, o direito de não querer participar do estudo, a obtenção do retorno da produção de conhecimento científico após a sua finalização, entre outros.

Para isto, anteriormente a coleta das informações realizada com trabalhadores dos empreendimentos, e antes da aplicação de outro questionário aplicado às incubadoras universitárias, que também aceitaram participar da pesquisa, foi apresentado o projeto de pesquisa à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM e seguiu-se todas as exigências previstas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos²².

Antes da efetivação da pesquisa de campo, foi realizado um resgate dos materiais já produzidos ou pesquisados. Assim, com enfoque qualitativo, foi efetivado um aprimoramento na revisão bibliográfica e via

²² Para que esta pesquisa fosse concretizada, foi encaminhado ao Comitê de Ética da UFSM o projeto desta pesquisa, que obteve aprovação em instâncias administrativas institucionais da universidade.

mídia eletrônica (*internet*) referente ao problema e tema propostos, a fim de visar compreendê-los, observar suas historicidades, totalidades e contradições existentes.

Foi realizado também um levantamento via *internet* e em legislações, com base em um roteiro norteador, sobre a Senaes e seus respectivos programas sociais e ações. A coleta das informações com as incubadoras universitárias e de alguns empreendimentos assessorados pelas incubadoras ocorreu por meio da amostragem não probabilística, na qual, conforme Gil (2008, p. 52), “o tipo mais comum de amostra não probabilística é denominada de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população”. Foi escolhido esse tipo de amostragem porque as aproximações sucessivas entre os pesquisadores e os sujeitos participantes da pesquisa foram estabelecidas conforme a possibilidade de acesso.

Na sequência, foi realizado um levantamento das Incubadoras Universitárias existentes – e suas possíveis vinculações com a Senaes, que desenvolveram atividades de assessoria ou apoio a grupos coletivos de geração de trabalho e renda em municípios da região Sul do Brasil. Estes levantamentos foram efetuados, inicialmente, por intermédio de ligações telefônicas e contato via e-mails.

Foram contatadas dezoito incubadoras, porém, destas, somente seis, da Região Sul do Brasil, aceitaram participar da pesquisa e terem as informações divulgadas nos resultados deste trabalho. A partir da seleção, foi aplicado um outro questionário com lideranças/trabalhadores de alguns empreendimentos, que também aceitaram participar da pesquisa e que são assessorados pelas incubadoras universitárias pesquisadas, totalizando sete empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária.

Para a análise das informações, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, com vistas a assimilar as respostas emitidas pelos sujeitos, bem como sistematizar e interpretar as informações qualitativas coletadas. Pela análise de conteúdo, pode-se encontrar respostas às questões que se pretendeu investigar na pesquisa.

Para a realização da análise de conteúdo, faz-se necessário um olhar

que observe e compreenda o real mediante o enunciado da mensagem emitida pelo sujeito – participante da pesquisa. Este tipo de análise define “qualitativamente a presença de determinados temas, denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes [...]” (MINAYO, 2004, p. 209). Esses enunciados extrapolam o conteúdo das mensagens, pois agregam significações referentes às experiências sociais e políticas dos sujeitos pesquisados (SETÚBAL, 2002). Isso significa que demonstra os valores e modelos de comportamentos dos sujeitos pesquisados, desvelando as relações estabelecidas e seus significados, assim como características da realidade e da vida cotidiana destes sujeitos.

A análise de conteúdo foi baseada em Bardin (2009) e operacionalizada por meio de três etapas: a) Pré-Análise: constituída pela Leitura Flutuante, Constituição do Corpus e Formulação de Hipóteses e Objetivos. Nesta etapa, são formuladas as unidades de registro, constituídas por palavras-chave, expressões e/ou frases. Também são estruturadas unidades de contexto, designadas pela delimitação do contexto social ou teórico, que agrega a unidade de registro, pela organização e preparação do material; b) Exploração do Material: que consiste basicamente na codificação dos dados coletados. Nesta etapa, podem emergir categorias empíricas, isto é, que são oriundas da análise de campo, que podem ser acrescentadas às categorias teóricas; c) Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação dos Dados: é a fase que dá significação e interpretação aos dados coletados fazendo uma mediação com a teoria que fundamentam a pesquisa. No próximo capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada junto às incubadoras universitárias.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e as Experiências de Economia Popular Solidária

A Economia Popular Solidária (EPS) vem se apresentando, desde a segunda metade do século XX, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda. No Brasil, a EPS se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária (MTE, 2012a). Os grupos de Economia Popular Solidária articularam-se em vários fóruns locais e regionais, o que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária²³

No cenário nacional, além do Fórum Brasileiro, existem fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária). Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003 (MTE, 2014a).

Podem-se citar como diretrizes propostas por esta Secretaria os seguintes elementos: a) subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do MTE; b) articular-se com representa-

²³ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) organizou, em todo o país, mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelam-se na oficina denominada 'Economia Popular Solidária e Autogestão' onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda' (FBES, 2014).

ções da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; c) planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; d) colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e enfrentamento ao desemprego e à pobreza; e) estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos de geração de trabalho e renda, organizados de forma coletiva e participativa, caracterizando-se como Economia Popular Solidária; f) estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; g) contribuir para a criação de políticas e programas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito e outras formas de organização deste setor; h) propor medidas que incentivem o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Brasil e nos Estados; i) sugerir adequações ao novo Marco Legal do cooperativismo, que envolve também o associativismo, objetivando o fortalecimento dos empreendimentos coletivos; j) promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da Economia Popular Solidária; k) supervisionar e avaliar as parcerias da SENAES com outros órgãos do governo federal, bem como de governos estaduais e municipais; l) supervisionar e avaliar as parcerias da SENAES com movimentos sociais, agências de fomento da Economia Popular Solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo e do associativismo; m) supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária; e n) apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do MTE, em sua área de competência (MTE, 2014a).

Portanto, entre as principais atribuições, dessa secretaria estão a proposição de diretrizes para as ações voltadas à geração de renda através do envolvimento dos diversos Ministérios que integram o Governo Federal, bem como, o acompanhamento da execução ações em âmbito nacional que atuem frente à Economia Popular Solidária (MTE, 2014g).

A Economia Popular Solidária também recebeu, ainda nos governos Lula e Dilma, crescente apoio de governos municipais e estaduais.

Nesse sentido, o número de programas de economia solidária aumentou com destaque para os bancos do povo², empreendedorismo popular solidário³ capacitação, centros populares de comercialização, etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas existe um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas de economia solidária.

Na década de 90 do século passado, a busca de alternativas de sobrevivência por parte da população, através de cooperativas populares, clube de trocas, recuperação de fábricas falidas entre outras, acarretou o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Incubadoras Sociais ou ainda Incubadoras de Economia Solidária, que objetivam assessorar e incubar os empreendimentos de Economia Popular Solidária, principalmente os de vulnerabilidade socioeconômica, conforme discute Tanaka (2007).

Em 1996, surgiu a primeira ITCP, através da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Por meio dessa iniciativa, sua repercussão gerou a busca de informações e fontes por diversos grupos e universidades, visando à construção de projetos similares à ITCP (TANAKA, 2007).

Nesse contexto, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a COPPE-UFRJ. O PRONINC tem como objetivo apoiar e fomentar as organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários – entre elas as incubadoras universitárias -, oferecendo aos empreendimentos apoio, assessoria, qualificação, assistência técnica e atuação em espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de

²⁴ Oferecer serviços financeiros aos empreendedores populares e de baixa renda, fortalecimento suas atividades econômicas e contribuindo para o desenvolvimento local e sustentável (BANCO DO POVO CRÉDITO SOLIDÁRIO, 2013).

²⁵ Os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados (MTE, 2014b).

tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão (PRONINC, 2011).

A adesão das incubadoras na “Rede de ITCP’s”, da Rede UNITRABALHO, em 1998, levou a uma difusão ampliada das experiências das incubadoras e a uma rápida expansão do número de ITCP’s. A UNITRABALHO é uma Rede Nacional de Universidades, criada há 14 anos, que congrega dezenas de instituições de ensino superior, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber na prática (UNITRABALHO, 2014).

Para que os empreendimentos coletivos possam ser considerados como Economia Popular Solidária, a SENAES estabeleceu algumas diretrizes: a) que sejam experiências coletivas criadas nas formas de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de trabalho, grupos informais, clubes de trocas, entre outros; b) que pratiquem a autogestão e a democracia interna no processo de trabalho desenvolvido, respeitando os processos democráticos nas decisões coletivas; c) que sejam também experiências suprafamiliares – ou seja, que envolvam pessoas de mais de uma mesma família –; d) que seus associados ou cooperados sejam trabalhadores urbanos e/ou rurais; e) que os sujeitos que trabalham nos empreendimentos sejam considerados proprietários ou coproprietários das experiências, exercendo a gestão coletiva das atividades e da distribuição de seus resultados; f) que sejam experiências de aspecto permanente, e não simplesmente práticas pontuais e/ou emergenciais; g) que realizem atividades econômicas de produção de bens e de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de produtos e serviços), de consumo solidário, entre outros; h) que disponham de registro legal ou não, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização coletiva – considerando que um dos objetivos do processo de incubação realizado por instituições sociais, setores governamentais e incubadoras é legalização dos grupos informais –; i) que exerçam as atividades que envolvem o processo de trabalho de forma solidária entre os trabalhadores (MTE, 2014).

Com a retomada do PRONINC, através da SENAES e da FINEP, surgiu a necessidade da constituição de uma gestão eficaz, com intuito

de ter cumprido um papel estratégico através da articulação de recursos e parcerias institucionais. A SENAES criou então, em 2003, um Comitê Gestor²⁶ do Programa para debater a experiência acumulada e as propostas para sua continuidade (PRONINC, 2011). O Comitê Gestor foi gradativamente incorporando outros órgãos de governo que identificaram, nas incubadoras, uma possibilidade para implementar as políticas públicas necessárias no enfrentamento à desigualdade e à pobreza e na promoção de processos de desenvolvimento mais justos e solidários.

Ao longo de uma década, a SENAES coordenou, junto ao Comitê Gestor, a publicação de editais em Chamadas Públicas para selecionar projetos para o fortalecimento e criação de incubadoras. Os editais construíram possibilidades concretas para a ampliação das atividades das incubadoras alocando recursos orçamentários específicos para esta ação (PRONINC, 2011).

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e o PRONINC foram sendo implementados na região Sul e no Brasil por meio de uma parceria estabelecida entre a SENAES e as instituições de apoio, via editais e chamadas públicas. A SENAES - juntamente com órgãos de fomento -, abriram editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela SENAES usufruíram dos recursos públicos, bem como de encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando a estabelecer e fortalecer o vínculo entre elas (GOERCK, 2009).

Um aspecto que deve ser ressaltado é que, ao mesmo tempo em que

²⁶ O Comitê Gestor foi composto pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Turismo (MTUR), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil (BB), Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), UNITRABALHO e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Avaliação do PRONINC, 2011).

as chamadas públicas qualificam o desenvolvimento das atividades e a aplicação dos recursos públicos – quando realizadas de forma que contemplem os direcionamentos da democracia brasileira que constam na Constituição Federal – também limitam os setores e instituições que poderão usufruir dos recursos, pois são eleitas as propostas elaboradas que vão ao encontro das solicitações que constam nos editais e nestas chamadas públicas. Apesar dessa limitação, as instituições de apoio configuram-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de assessoria e/ou incubação.

A principal contribuição da SENAES nesse processo foi a ampliação do diálogo das incubadoras de Economia Solidária com o Governo Federal, fortalecendo as parcerias já existentes e ampliando a participação de ministérios e de outros órgãos federais na gestão do PRONINC, que se reúne regularmente para a definição de metas, prioridades e mecanismos de monitoramento do programa, seleção e acompanhamento dos projetos e participação no financiamento (PRONINC, 2011).

O PRONINC avançou em todo o território nacional fornecendo apoio técnico e financeiro para manutenção e implantação de incubadoras sociais de economia solidária. As ações do programa tiveram impulso com a ampliação dos recursos e dos instrumentos de seleção de projetos para apoio às incubadoras já existentes e apoiadas pelo PRONINC. Ampliou-se também o apoio a novas incubadoras, com recursos do orçamento do MTE/SENAES, do MDS, da FINEP, da FBB e do MEC (PRONINC, 2011).

Em 2009, iniciaram-se também fomentos a projetos de transferência de tecnologias e disseminação de conhecimentos, mediante a formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de empreendimentos solidários, com recursos da SENAES e da FINEP (PRONINC, 2011).

Cabe destacar também que houve um esforço de ampliação no apoio às incubadoras localizadas geograficamente nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste. Evidencia-se que, diante disso, o governo direcionou muitas ações para essas regiões consideradas amplamente empobrecidas, com demanda significativa de assessoria a empreendimentos e,

consequentemente, a Incubadoras. Esse esforço de ampliação do PRONINC resultou na expressão qualitativa e de abrangência nacional das incubadoras e implicou na criação, através do Comitê Gestor, de uma política sistemática de avaliação e acompanhamento do PRONINC (PRONINC, 2011).

Nesse sentido, a SENAES estabeleceu parcerias com instituições não universitárias para execução de projetos específicos para esta finalidade. O primeiro projeto foi executado em 2005, pela Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e em 2009 o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH)²⁷, foi selecionado para realizar a avaliação, tendo firmado convênio de cooperação com início da execução em janeiro de 2010, e os resultados apresentados no Comitê Gestor do PRONINC, em junho de 2011 (PRONINC, 2011).

Em dezembro de 2011, a publicação da Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários acarretou em um relatório sobre a atuação e abrangência do programa até 2011. Após o relatório, o PRONINC continua ativo, atuando no fomento ao desenvolvimento das incubadoras e oferecendo-lhes apoio e incentivo à criação de novas incubadoras.

Além do PRONINC, destacam-se outros dois programas dentro da SENAES: o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2012 – 2015), que possui como objetivos fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento; e, o Programa Resíduos Sólidos (2012-2015), que possui como objetivos a ampliação ao acesso, aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis. O Programa de

²⁷ Organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que tem como missão “Desenvolver capacidades de pessoas e organizações em estratégias e processos de desenvolvimento local sustentável”. (IADH, 2013).

Resíduos Sólidos perpassa outros órgãos governamentais, demonstrando a interligação da Senaes com as ações do governo federal daquele período.

Para apoiar a Economia Solidária no Brasil algumas legislações foram criadas norteando e oferecendo bases para a sua atuação. Entre essas legislações está o Decreto nº. 7.358 de 17 de novembro de 2010 que instituiu o sistema nacional de comércio justo e solidário, criando a comissão gestora nacional e direcionando outras providências.

Esse sistema fora ordenado por parâmetros que visam promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus parceiros colaboradores em todo o território brasileiro (MTE, 2014i). Esse decreto possui as seguintes diretrizes: promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a soberania, e a segurança alimentar e nutricional; garantir os direitos dos produtores, comerciantes e consumidores nas relações comerciais; promover a cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores e suas respectivas organizações para aumentar a viabilidade destas, reduzindo riscos e dependência econômica; promover o exercício de práticas de autogestão nos processos de trabalho e nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, bem como a transparência e democracia nas instâncias, direção e coordenação das atividades produtivas e gerenciais; estimular relações de solidariedade a partir do comprometimento permanente com a justa distribuição dos resultados e com a melhoria das condições de vida dos participantes; garantir a remuneração justa do trabalho; valorizar as práticas de preservação e de recuperação do meio-ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agroecológica e nas atividades de extrativismo sustentável.

Outra legislação que norteia a prática no campo das políticas de economia solidária é o Decreto nº. 7.357 de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). O PRONINC propunha atingir os seguintes objetivos: geração de trabalho e renda a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários; construção de referencial

conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação; articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articulados a processos de desenvolvimento local ou territorial; formação de discentes universitários em economia solidária; criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior. Esses objetivos estão relacionados às ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias, posto que nos editais lançados até 2012 pela SENAES via PRONINC, e em 2013, com o apoio do CNPq, as incubadoras universitárias precisavam propor estas ações para serem contempladas.

Outra resolução importante é a nº. 03 de 4 de julho de 2012 que estabelece a reestruturação do Conselho Nacional de Economia Solidária incluindo a instituição do Plano Brasil Justo e Solidário, a qual opera enquanto mecanismo orientador da atuação estratégica do Conselho Nacional de Economia Solidária e de articulação das políticas nacionais de apoio à economia solidária e ao cooperativismo solidário para a promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo e solidário para o país (MTE, 2012).

Com relação à equipe técnica e política da SENAES que atuava frente às incubadoras universitárias, o decreto nº. 5811 de 21 de junho de 2006 dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), descrevendo a composição do conselho que era de 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia popular solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

Destaca-se que a Economia Popular Solidária também estava presente no Plano Brasil Sem Miséria. Menciona-se a relação da Economia Solidária com o então governo federal no enfrentamento da extrema pobreza (ROQUETE, 2013). No Plano Brasil Sem Miséria, as ações da SENAES estavam orientadas para alcançar três objetivos: contribuir com

o esforço nacional para a superação da pobreza extrema por meio de iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda; contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais e fortalecer a economia solidária como estratégia emancipatória de desenvolvimento sustentável e solidário (ALVES DA SILVA, 2013).

A SENAES estabeleceu no Plano Brasil Sem Miséria a meta de atuação com 260 mil famílias em situação de pobreza extrema, conforme critério de renda definido no Decreto no 7.492, de 2 de junho de 2011. As prioridades eram catadores e catadoras de materiais recicláveis, para comunidades de baixa renda e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais); trabalhadores e trabalhadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários já constituídos nos territórios beneficiados; usuários do sistema de saúde mental; jovens em situação de vulnerabilidade (ALVES DA SILVA; SCHIOCHET, 2013).

O Plano Brasil sem Miséria tinha como base três eixos: “1) garantia de renda, 2) inclusão produtiva, 3) acesso a serviços públicos. [...] A busca e a inserção pró-ativas no Bolsa Família que seria acompanhada de atividades de inserção produtiva no meio urbano” (YASBEK, 2012, p.315). Constata-se, portanto, a Economia Popular Solidária diretamente ligada à perspectiva de superação da extrema pobreza pelo então governo federal.

Em relação à atuação dos governos estaduais existentes no período temporal delimitado à pesquisa, ocorreu o fomento a Economia Solidária nos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Paraná e o Distrito Federal. Nestes estados, foram criadas secretarias diretamente direcionadas à Economia Solidária, sendo elas: no Rio Grande do Sul, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE); no Paraná, a Secretaria do trabalho, emprego e Economia Solidária; no Maranhão, a Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária; no Distrito Federal, a Secretaria de Estado da Micro e Pequena e Economia Solidária do Governo do Distrito Federal (SESAMPE). Dessa forma, destaca-se que dois estados da região sul do país possuíam secretarias

direcionadas à Economia Solidária. Nos demais estados, o tema estava sendo operado por meio da atuação de outras secretarias presentes nos governos estaduais locais, como a secretaria do trabalho, da assistência social através da inclusão produtiva e etc.

Diante disso, constata-se que o então governo Lula, através da secretaria de economia solidária situada no MTE, criou programas e apoiou as incubadoras universitárias para a redução da pobreza extrema no Brasil, além de outras frentes.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa do Rio Grande do Sul (SESAMPE) surgiu com a reforma administrativa promovida pelo então governador Tarso Genro no início de sua administração. Foi criada pela Lei 13.601, de 1º de janeiro de 2011, e tem suas competências definidas no artigo 36 do mesmo dispositivo legal, conforme segue: promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho; proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda; estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária; promover, incentivar e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas, inclusive por meio de investimento comercial, industrial e de serviços; apoiar e promover projetos que estimulem a geração de trabalho e renda com foco na economia popular solidária; executar o registro de empresas; apoiar o empreendedorismo e a competitividade de micro e pequenas empresas; apoiar o desenvolvimento de projetos microempresariais na área de gestão e de tecnologia da informação; gerir fundos de desenvolvimento na sua área de competência; promover a formação, a educação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão; promover a incubação e a assistência técnica para implementação de empreendimentos da economia solidária; apoiar técnica e financeiramente a recuperação e a reativação de empresas por trabalhadores; fomentar a comercialização de produtos e serviços; implementar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária e dar suporte administrativo ao Conselho do setor.

Outras legislações do estado do Rio Grande do Sul que davam base à atuação do governo estadual na área de Economia Solidária são:

- Lei Estadual de Economia solidária estabelecida pela Lei nº. 13.531, de 20 de outubro de 2010, que Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Sul;

- Lei que disponibiliza a certificação dos empreendimentos da Economia solidária através do DECRETO Nº. 50.285, de 30 de abril de 2013.

- Lei nº. 13.922, de 17 de janeiro de 2012 que estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra.

- Lei 13.874 de 28 de dezembro de 2011, que institui tributação diferenciada de ICMS para as cooperativas.

- O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, criado pelo art. 10 da Lei nº. 15.028, de 19 de janeiro de 2004, tem por finalidade deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária.

- Lei Estadual de Fomento a Economia Solidária. Decreto 50.459 de 3 de julho de 2013.

Nisso, destaca-se que o Decreto nº 50.285 de 30 de abril de 2013, citado anteriormente, foi lançado oficialmente dia 18 de novembro de 2013, no Palácio Piratini. Este tem por objetivo a implementação da Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul juntamente com a Secretaria da Economia Solidária e Apoio Micro e Pequena Empresa, possibilitando o reconhecimento público da identidade dos empreendimentos solidários.

Dessa forma, constata-se que o então governo federal, por meio da Senaes e outros órgãos federativos e estaduais, apoiou as incubadoras universitárias no Brasil e na região Sul, principalmente através do PRONINC. Outra questão a ser observada relaciona-se ao fato do então governo federal, seja via PRONINC ou por meio de outras ações,

atribuir Economia Popular Solidária a perspectiva de se constituir em uma das formas de enfrentamento extrema pobreza, não por meio da transferência de renda, mas, sim, através da geração de renda, conforme consta também no Plano Brasil Sem Miséria. Em que pese a Economia Popular Solidária ter sido considerada uma das alternativas extrema pobreza, pois muitas famílias obtinham renda através do apoio das incubadoras universitárias, que por sua vez promovem apoio aos grupos de Economia Popular Solidária, por outro aspecto não resolve e não reduz a grande desigualdade social brasileira.

Destaca-se que, portanto, possivelmente o trabalho de incubação das incubadoras universitárias, entre outras instituições, podem estar configurando-se como mecanismos imediatos de obtenção de renda. Por outro lado, estes empreendimentos de economia solidária em vários grupos, principalmente quando apoiados pelas incubadoras universitárias, pelo PRONINC, pela Senaes e pelos Fóruns de Economia Solidária, podem ter introduzido outra cultura de trabalho, não individualizada e competitiva, mas, sim, cooperada, solidária e autogestionária de forma que possibilite a participação consciente dos trabalhadores frente ao processo de produção e comercialização, além da inserção socioeconômica; conforme consta nas diretrizes da SENAES e demais programas sociais.

Como exemplo disso, há a feira de economia solidária e do cooperativismo existente em Santa Maria, RS. Tal feira se constitui na maior de Economia Solidária da América Latina, em que os trabalhadores dos empreendimentos coletivos, além de comercializarem seus produtos, participam de encontros, reuniões, oficinas e fóruns de Economia Popular Solidária que debatem o papel destas experiências coletivas na sociedade capitalista.

4.2 As Incubadoras Universitárias na Região Sul do Brasil e o Processo de Incubação

Nesta seção, são explicitadas as informações coletadas sobre as seis Incubadoras pesquisadas na região Sul do Brasil, designadas por letras

alfabéticas (A, B, C, D, E, F), devido a questões éticas a fim de preservar as suas nomenclaturas reais. Constatou-se que as incubadoras pesquisadas realizavam o processo de incubação junto aos empreendimentos nas seguintes frentes de atuação: agricultura familiar, artesanato, reciclagem, saúde mental e projetos culturais, em que uma mesma incubadora poderia incubar/assessorar empreendimentos de diferentes frentes e iniciativas.

A agricultura familiar estava entre as linhas de atuação presentes nas Incubadoras Universitárias, que foram elas: IA, IB, IC e IF. Apresenta-se assim que 66,66% das incubadoras respondentes desta pesquisa assessoravam este tipo de empreendimento.

A Incubadora A atuava junto à linha de agricultura familiar através de empreendimentos que se caracterizavam por assessorar agricultores que trabalhavam com mão de obra familiar, em pequenos lotes de terra, em média um módulo rural regional (20 a 30ha). Nesse caso, as incubadoras colaboravam com o processo de articulação e comercialização dos produtos destes empreendimentos, incluindo o incentivo às feiras de economia popular solidária. Para o MTE (2014),

na economia solidária, as feiras constituem importante estratégia de comercialização, combinando espaços de venda direta, trocas solidárias e rodadas de negócios. Além de viabilizar a produção dos bens e serviços comercializados, estes espaços também resgatam relações personalizadas entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária, e também da produção familiar e agroecológica. As feiras proporcionam também o encontro e o intercâmbio de conhecimentos conceituais e práticos e o fortalecimento da articulação da economia solidária em fóruns e/ou redes. (MTE, 2014).

Agricultura familiar é entendida como “uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar” (MDS, 2014c).

Assim, a incubadora universitária trabalha na perspectiva da consolidação das cadeias produtivas locais e regionais, contribuindo com a

distribuição e comercialização dos produtos e serviços gerados pelas experiências de Economia Popular Solidária.

As cadeias produtivas envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a economia solidária. Pode-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir de aspectos como: existência na região de atividades produtivas com características comuns e existência de infraestrutura tecnológica significativa, ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (por exemplo, as incubadoras) (ATLAS, 2007, p. 33).

A Incubadora B desenvolvia ações de incubação com dois empreendimentos de agroindústria familiar auxiliando na manutenção desses empreendimentos autogestionários e cooperativos. O primeiro empreendimento objetivava a produção de derivados de banana como balas, geléias, compotas e doces, utilizando como matéria prima a fruta e a casca da banana. Já o segundo empreendimento social visava a criação de uma indústria ervateira guarani, em uma das aldeias indígenas do local e tinha por objetivo produzir de maneira tradicional, ecológica, e sustentável a Erva Mate para o chimarrão, podendo ser usada também como matéria prima na indústria de alimentos, bebidas e cosméticos.

Na Incubadora C, em sua maioria, os empreendimentos assessorados estavam localizados em assentamentos de pequenos produtores rurais familiares, sendo que a maioria trabalhava com produção de leite.

A Incubadora F atuava através da assessoria realizada com grupos vinculados a um assentamento de reforma agrária local. Dentre as diversas ações ligadas à agroecologia, os empreendimentos atuam junto a: banco de sementes crioulas, adubação verde, re-mineralização de solos, além de contribuir para a realização de feiras de produtos orgânicos na universidade local e auxiliando no desenvolvimento da padaria no assentamento, coordenado por um grupo de mulheres.

Outra linha de atuação que se fez presente nas Incubadoras Universitárias foi a que trabalhava com materiais recicláveis. De acordo com a pesquisa, dentre as Incubadoras Universitárias pesquisadas, destacou-se as desenvolvidas nas universidades A, D e E na atuação de assessoria a

empreendimentos do setor de materiais recicláveis.

Na incubadora A, foram apresentados três Empreendimentos no setor da reciclagem. Dentre a população presente nos empreendimentos, destacou-se a característica de se situar em uma parcela da sociedade com elevada vulnerabilidade social e econômica, que retirava sua sobrevivência de um conjunto de atividades informais, com destaque para a coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis.

Na incubadora D, os grupos assessorados eram relacionados à geração de trabalho e renda e à inclusão social. Eram incubados quatro grupos/associações de catadores e recicladores.

A incubadora E assessorava quatro cooperativas de reciclagem através da rede de cooperativas de catadores da região, que foi criada com intuito de unir forças entre as cooperativas tanto na área social, quanto política na localidade.

Entre as ações desenvolvidas através do artesanato, destacaram-se as incubadoras vinculadas às seguintes universidades: B, D e E. A incubadora D atuava na assessoria de um grupo de artesãos com trabalhos alternativos - além de auxiliar o desenvolvimento de um grupo de usuários do Centro de Atenção PsicoSocial (CAPS).

Na incubadora E, vinculava-se uma associação dos artesãos da região, que tinha como objetivo a produção de artesanato, comercializando em feiras regionais. A incubadora B atuava junto a dois grupos de artesanatos locais, capacitando e auxiliando na gestão de empreendimentos solidários. No que se refere à atuação junto à Saúde Mental, além da atuação da incubadora D junto ao CAPS, destacou-se também o trabalho da incubadora F, a qual incubava uma associação de usuários de saúde mental. Estes grupos eram constituídos por usuários do CAPS, mas que se reuniam para produzir e comercializar produtos. Na linha de atuação de empreendimentos e projetos culturais, destacou-se a incubadora B. Esta desenvolvia assessoria a grupos que produziam e comercializavam produtos culturais, como, por exemplo, instrumentos musicais.

Constatou-se que com a agricultura familiar trabalhavam as incubadoras A, B, C e F; com a reciclagem desenvolviam atividades de incu-

bação as incubadoras A, D e E; com artesanato realizavam a incubação as incubadoras B, D e E; com empreendimentos motivados em espaços vinculados a instituições de saúde mental trabalhavam as incubadoras D e F; e a incubadora B desenvolvia ações com projetos culturais.

Em relação à metodologia de incubação utilizada pelas incubadoras universitárias pesquisadas na região Sul do Brasil frente aos empreendimentos coletivos, constatou-se que as incubadoras desenvolviam um processo de assessoria. Esta, por sua vez, pode ser compreendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, presencial e a distância, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento (GOERCK, 2009).

As Incubadoras A e B relataram a utilização da metodologia de incubação - era utilizada também por outras incubadoras no Brasil -, constituída em três estágios: pré-incubação, incubação e pós-incubação (EID, 2004), as quais são explicitadas na sequência.

A etapa de pré-incubação consiste na fase em que as experiências, através de seus representantes, solicitam o processo de incubação. Em um primeiro momento, é efetuado um encontro com o empreendimento coletivo e/ou individual, esclarecendo aos integrantes sobre o funcionamento da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o interesse da experiência coletiva, passa a ser desenvolvido pela incubadora um diagnóstico sobre o empreendimento e seus integrantes (EID, 2004), em que serão identificadas as potencialidades e dificuldades do grupo, bem como as percepções dos trabalhadores em relação ao empreendimento.

Após o aceite das experiências e da incubadora, a incubação terá continuidade por intermédio de um planejamento participativo que determinará as ações a serem desenvolvidas tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências. Mediante esse acompanhamen-

to contínuo dos empreendimentos por assessores, podem ser desenvolvidas atividades como oficinas, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados (EID, 2004), bem como a qualificação administrativa, contábil, ambiental e demais necessidades advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade (EID, 2004). Por fim, ocorre o período de pós-incubação, que envolve a realização de ações pontuais relacionadas às atividades desenvolvidas pela equipe técnica. Nesta etapa a incubadora terá um papel de orientação para a autonomia e viabilidade dos empreendimentos (EID, 2004).

As incubadoras informaram também que buscavam desenvolver ações associando a extensão universitária, a pesquisa e o ensino. Como se remete a incubadoras universitárias, as equipes comumente eram compostas por docentes, técnicos e discentes, de forma que o tripé ensino, pesquisa e extensão, se constitui, portanto, em mais um dos espaços de formação discente, bem como de interação com a comunidade de forma pró-ativa.

A incubadora B ainda mencionou que, entre os seus objetivos, estava atuar como um elo entre a Universidade e as comunidades, oportunizando a criação de novos empreendimentos autogestionários e cooperativos, criando oportunidades para o surgimento de novos empreendedores sociais, estimulando o comportamento empreendedor da comunidade universitária, capacitando empreendedores sociais quanto à gestão dos empreendimentos e potencializando condições para o desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias sociais sustentáveis. Essas ações das incubadoras pode fomentar o que Kruppa (2005) valoriza, ou seja, a Economia Solidária tem que penetrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser modificada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade permeada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos não gerem desigualdades.

A incubadora C informou que os empreendimentos eram assessorados para capacitação dos produtores com assistência técnica, para fortalecer os empreendimentos e a formação de cooperativas. A assessoria ocorria através de oficinas temáticas, destacando os princípios da economia solidária, relacionando o associativismo, cooperativismo com a autogestão, além dos conhecimentos técnicos específicos, voltados à qualificação profissional, melhoria de processos, produtos e gestão.

Essas oficinas possibilitam a formação dos discentes envolvidos, mas especialmente a formação dos associados para a cooperação, como apresenta Frantz (2010).

A organização cooperativa, além de seu sentido econômico, constitui-se, assim, em uma escola, onde gera conhecimento, produz-se aprendizagem a respeito da vida na realidade social, certamente com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando nela raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais [...]. (FRANTZ, 2010, p. 150)

Ainda, para Frantz (2010, p. 150), “o conhecimento, a aprendizagem, a educação, podem se dar nas práticas políticas de comunicação e negociação, na busca das informações, nas práticas de comercialização dos produtos”. Essas práticas são fortalecidas pelas ações de incubação.

A incubadora D desenvolve seu trabalho com os empreendimentos de Economia Popular Solidária, através da aplicação da metodologia de incubação, que inclui diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação. A incubadora contava com uma equipe interdisciplinar, composta por docentes e técnicos administrativos das seguintes áreas: Psicologia, Serviço Social, Direito, Contabilidade, Design, Engenharias de Produção e Ambiental e Administração, técnicos de incubação e bolsistas. Além da assessoria técnica, eram realizadas reuniões, capacitações, orientações, encaminhamentos, intervenções, qualificações, feiras, elaboração de projetos, entre outras.

O trabalho desenvolvido pela incubadora E estava pautado em três diretrizes: a promoção da formação dos docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos Empreendimentos de Economia Soli-

dária (EES) que estão todos envolvidos nos processos de incubação; o incremento para a geração de trabalho e renda por meio da incubação dos EES, em consonância com os princípios da autonomia e da autossustentabilidade e, por fim, o fomento na articulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional, com ênfase à Economia Solidária e ao Empreendedorismo.

A equipe da incubadora E informou que realizava visitas periódicas de assessoria aos EES, relacionadas aos aspectos de gestão, jurídicos, financeiros e de comunicação entre os trabalhadores. Destaca-se a importância na participação dos empreendimentos em feiras regionais e na articulação para participação de feiras Internacionais. Dessa forma, acentua-se novamente que a incubadora vinha se constituindo através da assessoria em estímulos a participação dos empreendimentos a redes, fóruns e feiras de economia solidária, indo ao encontro dos objetivos da Senaes e do Proninc.

A incubadora F atuava assessorando experiências coletivas de geração de trabalho e renda a partir de um Programa de Extensão. Participou de 2006 a 2012 de dois editais do PRONINC-FINEP.

Dessa forma, em que pese às incubadoras pesquisadas realizarem a assessoria/incubação com muitos aspectos metodológicos em comum, como por exemplo, diagnóstico dos grupos, oficinas e encontros de formação em Economia Solidária, assessoria contábil, entre outros, não existia um protótipo utilizado, que possibilitasse que cada incubadora pudesse definir suas ações de incubação. Destaca-se também que as incubadoras mencionaram o trabalho desenvolvido frente aos empreendimentos com integrantes em situação de vulnerabilidade e a busca pela superação da pobreza.

As incubadoras universitárias não mencionaram um formato orientado para ser utilizado como metodologia de incubação, mas sim situaram o foco na viabilização e autogestão dos empreendimentos incubados. Talvez, como possibilidade interessante, quando as incubadoras concorressem aos editais de financiamento via Senaes, PRONINC e outras modalidades, como por exemplo, seria ideal que o CNPq já apresentasse no próprio edital um procedimento metodológico e não so-

mente os objetivos e metas a serem alcançados, podendo ampliar e afinar as discussões sobre metodologia de incubação. Outra possibilidade seria que nos encontros de formações realizados pelas instituições que fomentam as incubadoras, fossem construídos, de forma coletiva, alguns pontos norteadores para o processo de incubação a serem desenvolvidos, a ponto de formar em conjunto e não de forma individualizada as metodologias de incubação. Em muitas discussões, especialmente relacionadas à rede de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Popular e solidária, até existem apontamentos sobre metodologias de incubação, sobre alguns pontos norteadores, no entanto, existem poucos registros para posterior análise de pesquisadores e teóricos sobre o assunto.

As incubadoras, nas suas metodologias, possuíam em comum ações desenvolvidas no sentido de alavancar o processo de autogestão e viabilidade econômica e social dos empreendimentos, que conseqüentemente contribuam ao enfrentamento da extrema pobreza.

Para manter ou atingir a viabilidade, as incubadoras devem trabalhar o princípios da autogestão. Esta, que por vezes acontece de forma parcial, é um dos principais desafios no processo de incubação. Os empreendimentos e, muitas vezes, as equipes de incubação, têm limitações no entendimento do conceito da autogestão.

O objetivo da autogestão é romper com a tradição centralizada, burocratizada e antidemocrática, estabelecendo um novo modo de organização social e produtiva, onde os indivíduos assumem a responsabilidade sobre suas atividades, sem intermediários. Baseia-se, pois, na decisão coletiva dos sujeitos envolvidos, seja uma cooperativa, associação, banco popular ou grupo produtivo. Com a autogestão, todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso, pois as informações são socializadas, os saberes são respeitados e a decisão é coletiva, independente de escolaridade, gênero, raça, etnia e orientação sexual (PESSOA *et al.*, 2016).

Como apresenta Barbosa (2007, p.135) “o processo de autogestão exige de um trabalhador subjetivamente menos subserviente ou autoritário para que saiba lidar com a crítica, a partilha do poder, a escuta, o

debate coletivo e a negociação”. As incubadoras, muitas vezes, não conseguem trabalhar a autogestão porque as suas próprias ações são definidas pelas instituições/espços de fomento que engessam as rubricas com os recursos que contribuem na assessoria. É importante frisar também que os trabalhadores associados e, por vezes, até a própria equipe pode estar acostumado com a relação patrão – empregado.

Os trabalhadores, acostumados à relação patrão-empregado, frequentemente têm dificuldades de adaptar-se à nova realidade, em especial aqueles que já tinham um cargo maior de autoridade e, de uma hora para outra, se veem igualados a todos os outros (ANTEAG, 2000, p. 55).

Outra questão seria a possibilidade de as incubadoras universitárias se constituírem em possibilidades de conciliação entre o saber popular e o técnico-científico, bem como, em alguns casos, possibilitarem a efetivação do tripé que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

As Incubadoras sociais podem contribuir no que Frantz (2010, p.151) apresenta como o “desafio da instituição de um processo de educação popular com a perspectiva da construção de espaços cooperativos, voltados à reorientação das relações sociais e à possibilidade da construção de caminhos alternativos nos espaços da cultura, da política, da economia”. É necessário que as equipes que compõem as Incubadoras Sociais percebam que essa educação para a cooperação deve acontecer através dos princípios da educação popular e não da educação escolar tradicional e, por vezes, conservadora. A educação popular é, como aponta Neto (2011, p. 32) “um movimento prático e teórico em educação, presente em processos de organização das classes trabalhadoras, sobretudo nos que apresentam profunda crítica à educação dominante”.

A concepção de Educação Popular é de uma prática educativa que tem como principal interesse a emancipação das classes subalternas, diferente da educação do popular (PALUDO, 2001). Sendo assim, os empreendimentos de Economia Popular Solidária quando fortalecidos pelas Incubadoras Sociais podem através da educação popular contribuir nos primeiros passos de transformação da sociedade. Para Freire

(2007) a educação popular é:

[...] substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. (FREIRE, 2007, p. 103)

Além disso, em relação ao apoio do governo federal e demais órgãos federativos e estaduais ao desenvolvimento das incubadoras universitárias, as incubadoras A, B, C e E destacaram o apoio do então governo federal através da SENAES, junto a editais específicos para fortalecimento das incubadoras, principalmente através do PRONINC.

De acordo com a incubadora A, o governo federal por meio da SENAES e demais órgãos federativos vinha apoiando as incubadoras universitárias através da articulação de políticas públicas para a Economia Solidária. Além do apoio federal a incubadora ressaltou a adesão do governo do Estado do RS, com a criação da SESAMPE que contemplava o movimento de Economia Solidária, mobilizando a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária (CESSOL).

Além dos órgãos federativos já citados, a incubadora relatou a importância da promoção, realização e apoio a Fóruns de Economia Solidária, feiras, conferências a nível local, regional, estadual e nacional e o apoio a projetos de sustentação e manutenção da incubadora.

Os fóruns se impõem como interlocutores privilegiados do movimento da Economia Solidária junto ao Estado, juntamente à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Além de ações pontuais, relativas à organização do movimento de atores com origens bastante diversificadas, a tarefa principal dos fóruns parece ser a de intervir na definição de políticas públicas, através do encaminhamento de proposições (FRANÇA FILHO, 2007, p. 169).

De acordo com a incubadora D, o apoio federativo ocorreu através de chamadas públicas que possibilitaram aporte financeiro aos empreendimentos incubados, a difusão de tecnologias sociais, as capacitações

de técnicos, docentes e estudantes, a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

A incubadora E ressaltou o apoio do PRONINC-FINEP CNPQ além de investimentos provenientes da própria universidade. A incubadora F afirmou a importância da atuação ativa da SENAES no avanço do desenvolvimento da economia solidária no país, através de um conjunto de políticas de aspecto emancipatório, com o objetivo de fortalecer o trabalho de incubação. No entanto, esta advertiu que os recursos destinados pelo então Governo Federal através de editais públicos muitas vezes eram insuficientes para suprir as demandas. Esta questão relacionava-se ao fato dos editais limitarem o acesso ao aporte financeiro destinado às incubadoras.

Quando as incubadoras pesquisadas foram questionadas a respeito de como a incubadora por meio do processo de incubação poderia estar contribuindo no enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da SENAES, elas descreveram as questões que estão expostas na sequência.

A incubadora A afirmou que a contribuição no enfrentamento à extrema pobreza ocorria por meio de articulações em que os trabalhadores, excluídos do mercado formal, pudessem se constituir enquanto grupo, através de associações ou cooperativas, viabilizando de forma solidária a geração de trabalho e renda visando à autonomia e inclusão em programas/projetos sociais e políticas públicas.

Para a incubadora B, contribuiu no enfrentamento à extrema pobreza abrigando projetos e empreendimentos sociais que tinha por base a cooperação, autogestão e inovação, tendo como vetor a integração de saberes e as tecnologias sociais, visando apoiar o desenvolvimento e proporcionar as condições necessárias para que empreendedores sociais e grupos fortaleçam sua cidadania, a sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Isso contribuiu com o fortalecimento da ligação universidade-comunidade, integrando as tecnologias geradas nos meios acadêmicos aos setores produtivos vulneráveis.

A tecnologia Social, para Dagnino (2009), pode ser entendida também:

como resultado da ação de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo controle autogestionário e pela cooperação voluntária e participativa, permitindo a redução do tempo necessário à fabricação dos produtos e a repartição concertada dos resultados. (DAGNINO, 2009, p.315).

A incubadora C relatou estar contribuindo neste processo atuando com os bolsistas diretamente na realidade, formando, assim, futuros técnicos que saberiam trabalhar com a agricultura familiar. Ao mesmo tempo os produtores recebiam assistência, capacitação técnica, para atuar no fortalecimento dos grupos e assessorar a formação de cooperativas ou associações realizando estudo de mercado.

A incubadora D afirmou que a contribuição no enfrentamento da extrema pobreza ocorria através do assessoramento aos setores excluídos da sociedade, via acesso ao trabalho solidário e cooperado, incubando grupos, participando de Fóruns de Economia Solidária e da Rede de Economia Solidária. Dessa forma, a incubadora fomentava a geração de trabalho e renda e a melhoria da qualidade de vida da população e promovia o desenvolvimento regional sustentável.

Além dos meios citados acima, a incubadora auxiliava através da assessoria na elaboração de projetos para apoio técnico e financeiro aos EES, na promoção de programas de formação/capacitação de eventos e organização do movimento local, regional, estadual e nacional de Economia Solidária junto ao movimento nacional de catadores e agricultura familiar.

A incubadora E descreveu a importância da criação do centro público de economia solidária da região na implementação da referente incubadora. O centro público tem por objetivo possibilitar meios de inclusão do público jovem e beneficiários de políticas de assistência so-

cial governamentais, como por exemplo, beneficiários do Programa Bolsa Família²⁸, em iniciativas de Economia Solidária, organizadas em redes de colaboração solidária, no município.

A transversalidade entre as políticas de geração de trabalho e renda e de transferência de renda buscam

[...] considerar que a perspectiva de inclusão social ao Bolsa Família está também ancorada na oferta de programas complementares (tais como programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, microcrédito, compra de produção agrícola, oficinas de 'empreendedorismo' e apoio a iniciativas de economia solidária, entre outros) que, em tese, deve ser implementada de forma cooperativa entre os diferentes níveis de governo e com base na intersectorialidade das ações (SENNA et al, 2007, p. 90).

A incubadora surgiu então visando à promoção da Economia Solidária e dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo centro. Na atuação junto a ações orientadas à segurança alimentar e nutricional, favorece o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, oportunizando a inserção em cadeias produtivas locais e contribui para o desenvolvimento dos empreendimentos em todos os aspectos.

Como os dados apresentaram, é imprecindível afirmar que após a criação da SENAES passou a ocorrer um investimento muito maior nas incubadoras universitárias, bem como para suas criações. Na medida em que as incubadoras assessoraram os empreendimentos coletivos, boa parte deles passaram a ter viabilidade econômica destes usuários. Portanto, pode-se mencionar que as incubadoras universitárias constituíram-se em uma das formas de contribuição para combate à extrema pobreza na região sul - e possivelmente no Brasil -, como veremos no próximo item. No entanto, será que esta é a melhor forma, e ainda, sendo esta

²⁸ O programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria - que a Senaes também integra as ações -, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2014).

uma possibilidade de enfrentamento à extrema pobreza, será que a equipe das incubadoras universitárias estava sendo suficientemente orientada para estas ações?

O que se observou é que, por ser ainda um processo muito incipiente, a principal contribuição da SENAES, vinha sendo no repasse de recursos financeiros aos projetos aprovados e elaborados pelas incubadoras universitárias, entre outras instituições. Isto por si só, foi, sem dúvida, um grande avanço e uma conquista do movimento de Economia Solidária no país. Contudo, contraditoriamente, ainda faz-se necessário maior amparo ao trabalho desenvolvido pela equipe das incubadoras. Menciona-se que o então governo Lula promovia encontros com as incubadoras, mas possivelmente isto ainda não era o suficiente. Por outro lado, não se deixa de reconhecer o aspecto inovador que se constituiu no então apoio governamental às incubadoras universitárias, mesmo não sendo ainda um acompanhamento cotidiano.

4.3 Empreendimentos de Economia Populares Solidários Assessorados pelas Incubadoras Universitárias Pesquisadas na Região Sul do Brasil

No que se refere à constituição dos empreendimentos entrevistados, os homens constituíam a maior porcentagem, com 56%, e as mulheres perfaziam 44% dos integrantes. Entre os grupos com maior número de integrantes do gênero masculino, destacou-se, o empreendimento F, composto por vinte e nove (29) homens e cinco (5) mulheres; e o empreendimento G com dezesseis (16) homens e duas (2) mulheres. O empreendimento C diferenciou-se dos demais por ser composto apenas por mulheres. Nos demais empreendimentos, a divisão por gênero não possuía grandes variações.

Pode-se avaliar que a maior presença dos homens nos empreendimentos, dado que não diferiu da realidade nacional, se deu em função da presença de empreendimentos atrelados à agricultura familiar, na qual, em muitos casos quem se declara associado é o homem, mas a família participa das ações do grupo, tanto na produção, como na comercialização

dos produtos confeccionados.

A participação das mulheres na Economia Popular Solidária, em muitos empreendimentos somente com a presença feminina, está se constituindo em um importante espaço de reflexões sobre a realidade econômica e social das mulheres. As mulheres fazem parte da estatística da desigualdade social presente na sociedade brasileira, com sua inferiorização no mercado de trabalho, na ascensão profissional e na remuneração (ASSEBURG, 2004). A presença desse gênero nestes espaços coletivos de geração de renda ajuda no rompimento de uma barreira histórica da subordinação das mulheres, da precarização a que eram submetidas, principalmente nas linhas de produção das fábricas. Essa precarização das relações do trabalho afeta diretamente o sexo feminino, sendo que esta exploração é histórica, mas a Economia Popular Solidária pode ser considerada uma alternativa que pode contribuir para a abertura de espaços de participação efetiva e democrática.

Os empreendimentos animados por mulheres são frequentes nas áreas de alimentação, costura e manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços de tratamento (creches), educação, da formação, entre outros. Essas diferentes iniciativas são, em primeiro lugar, uma resposta às necessidades cotidianas da grande maioria das mulheres (OLIVEIRA, 2008, p. 319).

A presença das mulheres vem se ampliando com o decorrer dos anos, porém essa presença tem se dado como “trabalhadora direta no empreendimento” e não, como afirma Lechat (2006), no que tange à participação do gênero entre os intelectuais. Constata-se, então que, “mesmo se as mulheres são maioria no seio dos empreendimentos econômicos, entre os ativistas e os intelectuais que participam da Economia Solidária os homens ainda são majoritários” (LECHAT, 2006, p. 127).

A Economia Popular Solidária tem trazido para a discussão a questão do gênero, envolvendo mulheres que estão se inserindo gradativamente nesses espaços. Mas, “o debate sobre mulheres e gênero na Economia Solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras” (NOBRE, 2003, p. 208).

Para autores como Pessoa (2009), a desigualdade entre os gêneros é ampliada também pela ausência de tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado.

A ausência de escolas e creches de qualidade, a precarização dos serviços públicos de saúde, a incipiente política de assistência aos/às idosos/as e demais segmentos sociais, contribuem para que a presença das mulheres no mercado de trabalho se perpetue de forma subordinada em relação aos homens. Deste modo, além das mulheres serem historicamente responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família, assumem as tarefas ora não executadas pelo Estado (PESSOA *et al.*, 2016, p. 2).

Já em relação à constituição e formalização dos empreendimentos, 72% apresentaram-se como associações, 14% eram compostas como Cooperativas e 14% constituíam-se como grupos informais. Esses dados são significativos, pois demonstraram que, através da incubação desenvolvida com os empreendimentos coletivos, os mesmos foram formalizados possivelmente através da incubação.

A tendência é que os grupos informais incluam trabalhadores com rendimentos menores e sejam constituídos através de empreendimentos menos organizados. Tendo em vista que aparece a formalização, demonstra possivelmente uma maior organização dos empreendimentos. Por outro lado, demonstra também que a opção utilizada de formalização são as associações, sem fins lucrativos, caracterizando estes empreendimentos como de pequeno e médio porte e que ainda apresentam limitações para bancar as taxas mensais que existem quando são caracterizadas como cooperativas.

Ao serem questionados sobre o grau de escolaridade, observou-se que 51% dos integrantes apresentaram ensino médio completo, 22 % ensino fundamental completo, 18% ensino fundamental incompleto e 9% ensino médio incompleto. Nos empreendimentos F e G, a escolaridade variou entre ensino fundamental e médio completo. A taxa de analfabetismo foi nula entre os trabalhadores, e esses dados representam que as experiências coletivas estavam relacionadas com a possibilidade de geração de trabalho e renda aos sujeitos que possuíam um nível maior

de formação, uma vez que o mercado de trabalho vem exigindo qualificação. Assim, mesmo possuindo ensino médio completo os sujeitos tendem a ter dificuldade de adentrar no mercado formal de trabalho, principalmente aqueles maiores de cinquenta anos e os jovens, e possivelmente, por isso, acabam optando por experiências coletivas.

Nesse contexto, cita-se a transversalidade da política pública como uma possibilidade de retomada desses associados aos espaços escolares. Primeiro o PRONINC fomentando as incubadoras e posteriormente, com o PRONATEC CAMPO e o PRONATEC CATADOR são algumas das possibilidades de qualificação desses associados que fazem parte dos grupos com essas afinidades.

Em relação aos associados com mais de 50 anos de idade, ou seja, entrando na última década ativa para o trabalho, pode-se avaliar de duas formas. De um lado, avalia-se pela reutilização da mão de obra que o capital já descartou, mão de obra considerada “mais barata” e que gera produtos com pouco valor agregado, sendo assim funcional ao capital. Porém, por outro lado, é uma potencialidade, pois abre a possibilidade de participação desses associados em espaços de geração de renda que precisam ampliar seus rendimentos já que estão, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social e desprotegidos socialmente, sendo que nesses lugares autogestionários, não apenas utilizam força de trabalho na produção ou comercialização, mas como parte integrante da gestão do grupo.

Visando compreender a situação previdenciária dos integrantes, questionou-se a respeito da possível contribuição junto à previdência social. Entre os dados levantados, 88% dos integrantes dos empreendimentos contribuía como autônomos e 17% não contribuía com o sistema previdenciário. Isso demonstrou, através da formalização dos empreendimentos, uma menor precarização do trabalho coletivo.

No entanto, esses trabalhadores não eram nem autônomos e nem assalariados, eram sujeitos trabalhando em grupos, associações e cooperativas. Porém, não existe uma especificidade na previdência que incluía diretamente estes trabalhadores, por isso, para que não ficassem à margem do trabalho formalizado, optaram por contribuir como autôno-

mos. Por outro lado, 88% dos trabalhadores contribuindo à previdência social também pode estar relacionado com o processo de incubação e, conseqüentemente, melhoria dos rendimentos, pois em boa parte dos casos em que os trabalhadores contribuam com a previdência como autônomos, os mesmos possivelmente não estavam vivenciando a pobreza extrema.

A faixa etária dos integrantes vinculados aos empreendimentos incubados, variou entre 18 e 70 anos. A menor variação de faixa etária entre os grupos destacou-se no empreendimento C, variando entre 40 e 70 anos. O empreendimento possuía a maior variação de faixa etária entre os integrantes variando entre 20 e 64 anos. Esses dados demonstraram que os empreendimentos eram formados por trabalhadores de diferentes idades, fato este que talvez pudesse estar relacionado às diferentes escolaridades.

No que se refere à origem e à consolidação dos empreendimentos, o empreendimento A afirmou que a associação começou no início de 2002, em parceria com Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); já o empreendimento B existia desde agosto de 2011.

A relação da Economia Solidária e dos espaços que estão promovendo a reforma psiquiátrica no Brasil tem se estreitado, pois ambos fazem parte de um movimento maior, que é da inclusão social.

[...] a reforma psiquiátrica não é apenas o desafio de acabar com manicômios e criar outros serviços. É, também, extrair a positividade naquilo que é visto apenas como negativo. Aí, a questão das oficinas de geração de renda, a inclusão social pelo trabalho, as cooperativas, são instrumentos extremamente eficazes. Se pensarmos uma experiência internacional como a italiana, veremos que o trabalho das cooperativas sociais e das empresas sociais foram experiências cruciais para que, nas regiões da Itália, onde a reforma italiana deu certo, tais iniciativas pudessem se consolidar, aos olhos da opinião pública, como experiências positivas e muito bem-sucedidas. (DELGADO, 2005, p.17)

A oportunidade de retornar para o trabalho contribui de maneira significativa no tratamento das pessoas quando estão com algum transtorno mental e que por vezes utilizam de substâncias psicoativas. O uso da

bebida alcoólica ou outras drogas, principal demanda dos CAPS, se dá em especial pela falta de oportunidades de emprego, entre outros motivos. O trabalho passa a ser um “recurso terapêutico, um direito humano, com produtor de subjetividade e possibilidade concreta de cidadania e de emancipação” (ANDRADE et al 2013, p.188).

A reforma psiquiátrica, a luta por uma sociedade sem manicômios, é um movimento de ampla base social, mas não é apenas um movimento que se dá no plano da reforma da assistência em saúde mental. É, principalmente, um grande movimento social de inclusão, de reintegração social e de construção, o que exige de nós uma grande inventividade, ousadia e criatividade, de modo a fazer surgir um lugar social novo para essas pessoas para as quais só existia um tipo de institucionalização, ou existia, como forma dominante, uma institucionalização que produzia a redução da autonomia, que via nos institucionalizados apenas aquilo que eles tinham perdido de produtividade e de potência criativa (DELGADO, 2005, p. 15).

Ao se tratar de saúde mental e sua relação com os espaços de geração de trabalho e renda, destaca-se a importância do trabalho autogestionário, em que todos possam participar da organização do empreendimento, na saúde mental de seus associados, retomando o que Delgado (2005) chama de potência criativa. Por outro lado, a pressão para ampliar a produção ou vender serviços no mercado convencional amplia o quadro de depressão em muitos trabalhadores brasileiros. Barfknecht, Merlo e Nardi (2006 p.08) analisam a saúde mental de associadas de uma cooperativa de costureiras e identificam que:

na cooperativa, os trabalhadores falam da importância das relações familiares e comunitárias [...]. Os relatos explicitam a centralidade das trocas afetivas e da solidariedade. Identificamos que existem as relações de trabalho associadas com as relações familiares, nas quais é difícil separar a geração de renda (negócios) das trocas afetivas. As relações próximas e familiares nos empreendimentos de economia solidária podem trazer à tona a dimensão da economia da dádiva, expressão da solidariedade que promove a criação e reconstrução de laços sociais. A solidariedade é o laço social que une trabalhadores em torno de um ideal. (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006, p.08)

O empreendimento C foi constituído através da sugestão de uma professora universitária e da incubadora. O empreendimento D descreve a criação do empreendimento no ano de 2003, por meio de um programa de geração de renda para catadores. O empreendimento E, entretanto, surgiu em 2005, visando criar um espaço de representação e articulação dos catadores no município, contou com apoio desde o início da incubadora universitária local e de outros parceiros.

O empreendimento E alegou participar ativamente no movimento de Economia Solidária Nacional, no esforço de integração em rede regional e no planejamento de soluções socioambientais. Para os integrantes, o empreendimento era reconhecido como exemplo para estudo piloto e alternativa socioambiental na sua comunidade. Este empreendimento reunia principalmente trabalhadores da reciclagem de bairros da periferia.

Através da fomentação do assentamento local, surgiu o empreendimento F, com suas lideranças pensando em desenvolver uma ferramenta que desse suporte a organização da produção e outras atividades de interesse comum da comunidade. Nesse sentido, para ampliar e qualificar todas as potencialidades do assentamento foi discutido a necessidade de criar as associações e cooperativas. Visando viabilizar o suporte na elaboração do estatuto social, em 2009, o empreendimento foi em busca do apoio da Incubadora de Empreendimentos Econômico e Solidário. Foram realizadas várias reuniões com os interessados na comunidade até a etapa final do estatuto.

O empreendimento F, mesmo em estágio de formação/regulamentação, ficou em processo de incubação desde setembro de 2009 pela incubadora local. Sua consolidação se deu em 25 de outubro de 2010 com a presença da comunidade e assistência judiciária. O empreendimento foi fundado visando desenvolver a produção e conquistar a defesa comum dos interesses econômicos e sociais dos seus cooperados.

Em fevereiro de 2002, ocorreu a constituição do empreendimento G através da união entre os catadores de rua e a universidade local, formando assim a referida associação. Essas informações demonstram que os empreendimentos pesquisados possuíam também uma articulação

com outros setores e uma possível percepção diferenciada do seu espaço na sociedade e do processo de trabalho desenvolvido, seja por meio da organização de catadores e de assentamento, pela preservação ambiental e pelo processo de incubação das incubadoras universitárias.

No que se refere aos produtos comercializados pelos empreendimentos, todos utilizam materiais recicláveis na produção e/ou comercialização dos produtos. Os empreendimentos D, E e G atuavam na triagem, prensagem e comercialização de materiais recicláveis, enquanto os empreendimentos A, C atuavam na confecção de produtos artesanais. O empreendimento B diferenciou-se dos demais, pois, além do artesanato sua produção abrangia o plantio de hortaliças, serviços populares e educação popular.

Em síntese, o empreendimento A trabalhava com a confecção de produtos artesanais; os empreendimentos B e F com o plantio de hortaliças, serviços populares e educação popular; o empreendimento C trabalhava com tecelagem, cartonagem, tricô, crochê, pintura, retalhos de madeira, porta bijus, bijus, bordados, bolsas recicláveis e patchwork; os empreendimentos D, E e G desenvolviam atividades com materiais recicláveis, triagem, prensagem e comercialização.

Frente a essas atividades produtivas, novamente ressalta-se a compreensão da preservação ambiental e desenvolvimento sustentável na perspectiva do processo de trabalho. Por intermédio da geração de trabalho e renda, trabalha-se com objetos de forma sustentável, para suprir as necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras, possibilitando a elaboração de conhecimentos necessários mediante o constante intercâmbio entre universidade e comunidade, visando fomentar os empreendimentos existentes (COSTA NETO, 2009).

Em relação à renda individual dos integrantes variava entre R\$400,00 a R\$1.500,00 conforme a demanda de produtos comercializados. O empreendimento A, vinculado ao CAPS, apresentava a menor renda individual, de aproximadamente R\$400,00, enquanto o empreendimento G, que trabalhava com a coleta e comercialização de matérias recicláveis apresentava a maior renda aproximadamente R\$1.500,00, praticamente dois salários mínimos.

Já a renda familiar diferiu-se entre R\$700,00 e R\$3.000,00 conforme a comercialização. O empreendimento E apresentava a menor renda familiar, aproximadamente R\$ 700,00. No entanto, os empreendimentos D e G relataram possuir a maior renda familiar de R\$3.000,00. Assim constatou-se que, em alguns casos, a renda obtida através dos empreendimentos constituiu-se exclusivamente na única renda e já em outros grupos, é complementar a renda familiar.

Em que pese à renda não ser elevada, pode-se mencionar que o trabalho de incubação desenvolvido pelas incubadoras apoiadas pela Senaes e governo federal contribuiu para o enfrentamento da extrema pobreza, muitas vezes possibilitou a identificação de “nichos de mercado” para os produtos dos empreendimentos.

Um nicho de mercado, que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione boa remuneração. Esta brecha pode ser criada mediante acentuada melhora na qualidade dos produtos tradicionais, invenção de produtos novos ou seminovos, detecção de demanda nova ou em forte expansão de algo que a comunidade pode vir a produzir ainda, aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas (SINGER, 2004, p. 3).

No que tange às instituições e público envolvidos na comercialização dos produtos, o empreendimento A comercializou seus produtos artesanais com instituições vinculadas à Saúde Mental, de acordo com o empreendimento B a comercialização de produtos artesanais era feita com a universidade local; o empreendimento B realizava sua comercialização de hortaliças e artesanatos em feiras de Economia Solidária.

A venda dos produtos do empreendimento D era feita por meio de ligações com um empresário da cidade local, o empreendimento E comercializava os materiais recicláveis com compradores da cidade local e cidades próximas, no empreendimento F a comercialização era desenvolvida com empresas locais vinculadas a reciclagem.

Nos empreendimentos A e B, os integrantes relataram que conseguiam gerar renda a partir dos seus serviços e produtos comercializados.

Os integrantes do empreendimento D, que trabalhavam com a coleta e comercialização de materiais recicláveis, relataram que o empreendimento precisava economizar para se manter. Por outro lado, o empreendimento E, que também desenvolvia atividades junto à coleta e comercialização de materiais recicláveis, relatou que a renda oriunda do trabalho junto ao empreendimento não conseguia atender às necessidades básicas do grupo familiar. A renda era complementada com o benefício do Programa Bolsa Família, viabilizado por meio da Política de Assistência Social. Já de acordo com os empreendimentos C, F, e G, a inclusão dos integrantes no empreendimento contribuiu para aumento da renda sendo o suficiente para suprir as necessidades básicas.

No que se refere à compreensão dos trabalhadores sobre a Economia Popular Solidária, de acordo com o empreendimento A, na Economia Popular Solidária, os integrantes devem participar das reuniões e apreender o que facilitava e saber, ainda que o popular seja importante. Para o empreendimento B, a Economia Popular Solidária era um modo de ver e viver no mundo, diferente. De acordo com o empreendimento C, a Economia Popular Solidária seria uma forma de trabalhar em cooperação de maneira sustentável. O empreendimento D relatou que os integrantes trabalham satisfeitos, pois não eram empregados e sim “donos”, dividiam as responsabilidades, as despesas, os lucros e decisões para uma melhor qualidade de vida.

A Economia Popular Solidária, para o empreendimento E, era uma forma de trabalhar unidos. Era o momento em que as pessoas se ajudavam, aprendiam juntos, decidiam a partir do grupo, todos tinham direito de colocar suas idéias e o que ganhavam era distribuído em parte igual a todos. Para os integrantes, trabalhar na associação era diferente do que trabalhar em uma empresa.

O empreendimento F, ao ser questionado sobre o conceito de Economia Popular Solidária, referiu que a entendia como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que era preciso para viver. Buscava a não exploração das pessoas, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, além da cooperação, do fortalecimento do grupo, já que cada um pensava no bem de todos e no próprio bem. Ela se

apresentava como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Também, para o empreendimento F, Economia Popular Solidária apresentava uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas de forma de cooperativas, associações, redes de cooperação, entre outras, que realizavam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Conforme o empreendimento G, a Economia Popular Solidária era algo bom e que os integrantes apreendiam muito com isso.

Os empreendimentos pesquisados informaram que a inserção no processo de incubação contribuiu para o sustento do grupo. O empreendimento E alegou que, além da renda oriunda da produção, a associação recebia doações de alimentos e roupas que eram distribuídos entre os sócios.

O empreendimento F afirmou ainda, que através do empreendimento, as famílias podiam organizar sua produção de forma conjunta, qualificar seu trabalho e suas técnicas de produção repercutindo, assim, em uma comercialização mais justa.

Além da satisfação das necessidades básicas, deve fazer parte da economia de solidariedade, a satisfação das necessidades diferenciadas, segundo as aspirações e desejos dos trabalhadores e, em especial, daquelas necessidades superiores, como da convivência e da relação com os outros, da participação e integração comunitária, do desenvolvimento humano e integral etc. Muitas dessas necessidades podem ser atendidas através de empreendimentos autogestionários (THESING; JULIANI, 2008, p. 47).

Essas informações demonstraram que, através da incubação, parte dos trabalhadores apreenderam o processo de trabalho e a economia solidária, como uma forma diferenciada de trabalhar no sistema. Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência destes sujeitos, para, em um segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros. Des-

sa forma, pode-se considerar, também, que essas experiências coletivas representaram, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema, pois o processo de conscientização e reflexão faz parte das experiências pesquisadas.

Essa realidade demonstrou um novo patamar de politização e participação dos sujeitos de forma que se diferenciaram da maioria dos trabalhadores inseridos no sistema. Somente esse processo de participação e conscientização já configura-se como um grande avanço quando relacionados à rebeldia e resistência às manifestações de desigualdade da questão social.

Ao associarem-se para viabilizar opções de geração de trabalho e renda, os participantes parecem perceber-se em condições de enfrentar os problemas através das formas coletivas. Assim, há uma maior simbiose entre individual e o coletivo, não se tratando apenas de uma nova forma de gestão, mas de algo que aponta para uma nova relação e concepção do próprio trabalho (ICAZA, 2004, p. 41).

Por outro lado, tendo em vista a categoria de contradição, ressalta-se também que estes empreendimentos, ao estarem inseridos no sistema, e terem como perspectiva a geração de renda, acabam por reproduzir a sua lógica, pois tentam incessantemente se inserir no ciclo capitalista para comercializar seus produtos e serviços. Ou, por vezes, os associados permanecem nos empreendimentos até encontrar um novo espaço no mercado formal de trabalho, vender a sua força de trabalho e ter os direitos previdenciários garantidos.

Em relação ao apoio paralelo, treinamentos e oficinas realizadas através das incubadoras universitárias, todos os grupos afirmaram receber apoio das referentes incubadoras. O empreendimento B relatou que recebia auxílio na construção do estatuto, mas no que se referia aos treinamentos e oficinas, o empreendimento relatou não possuir e afirmou que estas atividades deveriam ser sustentadas de acordo com as demandas temáticas do grupo.

O empreendimento C relatou receber apoio da incubadora por meio da viabilização do local para comercialização em uma feira realizada dois

dias por mês junto à própria universidade. O empreendimento D afirmou que os treinamentos eram realizados em forma de palestras, anualmente, junto à universidade, assim como em outras cidades da região e que recebia apoio semanal da incubadora junto à associação, na participação de eventos, auxílio na regularização dos documentos e na compra de equipamentos através de projetos.

Entre os demais dados coletados, o empreendimento E descreveu a realização de levantamentos de informações sobre as demandas da comunidade, de acordo com a realidade local, sendo encaminhado para a incubadora posteriormente, para construção do calendário de trabalho buscando auxiliar nas questões abrangentes.

A incubadora vinculada ao empreendimento E atuava também como apoio ao grupo em seu processo decisório, contribuindo na elaboração de projetos para associação. Além da elaboração e execução dos projetos, o grupo recebeu assessoria do laboratório de contabilidade da universidade, formação referentes às questões de higiene na produção até a comercialização dos materiais, auxiliando na busca de compradores. Também são realizados encaminhamentos das demandas do grupo aos órgãos ou entidades que competem.

O empreendimento F relatou ainda que a incubadora realizava assessoria ao empreendimento desde sua constituição, mensalmente era realizada as formações voltadas aos princípios da Economia Solidária. Essas ações eram desenvolvidas com os técnicos administrativos da incubadora, eram encontros semanais com duração de 4 horas junto ao espaço de trabalho. Além de cursos e oficinas, o empreendimento relatou o apoio recebido da incubadora no processo de elaboração do estatuto social da cooperativa.

Para o empreendimento F, a incubadora contribuiu ajudando as comunidades a buscar soluções para os problemas reais locais na qual está inserida. Para o empreendimento, este processo ajudou a família a organizar-se na produção e participação de forma geral.

A atuação das incubadoras, nessa perspectiva, visa a sensibilizar os membros dos empreendimentos para a necessidade de conhecerem os mecanis-

mos de participação, as formas de constituição das políticas públicas e as possibilidades de intervenção por meio da articulação social. Além disso, há uma preocupação em fortalecer o discurso dos empreendedores (as), contribuindo para que possam pensar estrategicamente a economia solidária como um projeto político transformador. (NUNES, 2009, p.112)

O empreendimento G relatou que foram realizadas oficinas de segurança do trabalho e inclusão digital contando com a participação de todos os integrantes do grupo além do apoio da incubadora com ações trabalhistas.

Todos os empreendimentos mencionaram receber apoio das incubadoras. A participação das incubadoras junto aos empreendimentos se deu em especial na etapa do planejamento das ações. Esse planejamento tem no diagnóstico inicial e na realização de estudos sobre a viabilidade econômica e na definição de um ponto de equilíbrio, etapa essa que se constitui principalmente na fase de pré – incubação.

Nesse processo de planejamento, deve ser levando em conta ainda as oportunidades e as ameaças ao empreendimento, nas suas relações com o ambiente social, econômico e político atrelados de alguma forma com o empreendimento. Além disso, planejar os fatores internos, levando em conta a capacidade dos integrantes de apresentarem valores de igualdade, cooperação e autonomia (NUNES, 2009).

As incubadoras universitárias contribuem de forma significativa no enfrentamento à extrema pobreza, auxiliando os empreendimentos no seu processo de criação e consolidação de grupo, articulando os trabalhadores que apresentam-se excluídos do mercado formal de trabalho e viabilizando de forma solidária a geração de trabalho e renda. A contribuição se dá por meio de um acompanhamento no dia a dia do empreendimento, melhorando e incorporando novos produtos, cálculos e avaliando o grau de autonomia que está se conquistando, a qualidade da vida pessoal, grupal e do entorno do empreendimento (NUNES, 2009).

De acordo com o levantamento de informações realizado por meio desta pesquisa, as incubadoras universitárias afirmaram que sua atuação visou a autonomia e inclusão por meio de programas, projetos sociais e políticas públicas. A atuação das incubadoras, observando os dados, se

deu através de um processo de aproximação entre os sujeitos integrantes dos grupos e as políticas públicas existentes.

A Senaes contribuiu nesse processo auxiliando os empreendimentos econômicos solidários, através do apoio às incubadoras universitárias, por meio de políticas voltadas à Economia Popular Solidária e projetos financiados por meio de editais.

Raramente este apoio lhes permite manter uma estrutura de pessoal estável e pagar o material de consumo necessário, além do acesso a infraestrutura física e, assim, elas dependem de projetos. Observa-se claro que os recursos disponíveis influenciam na amplitude dos serviços prestados, como consultorias, capacitação da equipe da incubadora e outros (NUNES, 2009, p.112).

Assim, com base nos sete empreendimentos pesquisados através da amostra intencional, constatou-se que o apoio da Senaes às incubadoras, e, conseqüentemente o apoio das incubadoras universitárias aos empreendimentos, contribuiu com o enfrentamento à extrema pobreza, mesmo frente aos empreendimentos mais vulnerabilizados.

Dessa forma, se com poucos encontros de formação destinados às incubadoras e com o aporte financeiro, as incubadoras universitárias estavam conseguindo consolidar os empreendimentos, possivelmente com mais direcionamento na parte metodológica da incubação, talvez os resultados fossem ainda melhores, em que pese a Senaes e o Proninc terem avançado e serem conquistas dos movimentos da Economia Solidária.

Sabe-se que a geração de trabalho e renda, por meio da Economia Popular Solidária, é a alternativa para a redução da desigualdade socioeconômica que é inerente ao sistema capitalista e no Brasil possui raízes muito profundas, desde o período de colonização.

A partir disso, este empreendimento vem se constituindo em “alternativas” imediatas de geração de trabalho e renda, bem como de um formato de processo de trabalho um pouco diferenciado em alguns empreendimentos de Economia Popular Solidária que envolve os sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências alternativas de geração de trabalho e de renda não são recentes, porém acentuaram-se no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil e das organizações governamentais, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas existentes aos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela reestruturação do capitalismo. É manifestada por grupos informais, cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores, e, respectivamente de seus familiares.

Pode-se salientar, também, que o trabalho realizado nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas experiências possivelmente agrega princípios que potencializam o processo de trabalho desenvolvido pelos trabalhadores. Esses empreendimentos coletivos, designados de Economia Popular Solidária, são originados e constituídos comumente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho. Além disso, são apoiados pelo Estado e por instituições sociais – Igreja, Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) –, sindicatos, Emater, Incubadoras de Universitárias, entre outros. Algumas dessas instituições recebiam apoio governamental por meio de verbas advindas do então governo federal, mediante projetos e programas sociais para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

Dessa forma, a Economia Popular Solidária se apresentou como uma das alternativas de geração de trabalho e renda para os sujeitos que estavam em situação de vulnerabilidade social, entre elas, a extrema pobreza. No entanto, esses empreendimentos para que possam ter viabilidade socioeconômica – frente à questão social brasileira – necessitam

muitas vezes de uma assessoria técnica qualificada e do apoio governamental.

Faz-se necessário, portanto, o apoio governamental e de instituições, tais como Incubadoras Universitárias, para que os integrantes destes empreendimentos não desenvolvam as suas atividades laborais de forma extremante precarizada, sem desconsiderar o fato de que esses empreendimentos, em sua maioria, estão em situação de informalidade. Assim, não se percebe os empreendimentos de Economia Popular e Solidária como um contraponto ao sistema capitalista, mas que estas experiências estão inseridas no sistema e tentam incessantemente se inserir na lógica do capitalismo. Frente a esse contexto em que não se descola estes empreendimentos coletivos da realidade socioeconômica, ressalta-se que não compreende a Economia Popular e Solidária nem com excesso de otimismo e nem fatalismo, mas, sim, respaldam-se na compreensão contraditória da realidade.

Outra questão relevante é que não se percebe o apoio governamental à geração de trabalho e renda como uma forma de contraponto as políticas de emprego, educação e de assistência social; mas, sim, um complemento aos programas sociais de assistência social, entre outros, aos trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho.

Dentro deste direcionamento, compreende-se que o então governo federal poderia ter facilitado a inserção dos trabalhadores de Economia Popular Solidária na Previdência Social, diferenciando-os dos trabalhadores autônomos - posto que se trata de um trabalho desenvolvido pelo coletivo - e dos assalariados, através da concretização do novo marco legal do cooperativismo, criado pela Senaes. Assim, esses trabalhadores deveriam ter acesso a outras políticas e programas sociais, como assistência social, saúde, educação, entre outros, aproximando-se do acesso universal aos direitos sociais, sendo que, a pobreza extrema e absoluta não está atrelada somente à falta de renda, mas sim, de acesso aos direitos sociais como um todo.

Esses direitos podem ser fomentados através de ações das Incubadoras Universitárias, entre outras possibilidades, na potencialização dos

movimentos sociais reivindicatórios por direitos, na militância constante em busca, por parte dos empreendimentos e da sociedade em geral, do acesso aos recursos do fundo público, principalmente para implantação e implementação da Política Pública de Economia Solidária.

As incubadoras universitárias procuram fortalecer e potencializar os grupos de Economia Popular e Solidária por meio de um acompanhamento, de forma que adquiram autonomia econômica e social, contribuindo também ao desenvolvimento sustentável local e regional. Destaca-se ainda que as incubadoras universitárias constituem-se como espaços de produção de conhecimento, posto que conciliem a pesquisa, com o ensino e extensão universitária, em que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvem estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, e, sobre a Economia Popular Solidária como um todo.

As Incubadoras universitárias, quando vinculadas ao Estado, recebem apoio financeiro e de formação por meio de verbas advindas do governo federal, mediante projetos e programas sociais, para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas.

O fomento que as Incubadoras acessavam era intermediado e/ou financiados pela SENAES. A criação desta secretaria foi um indiscutivelmente avanço para o desenvolvimento da Economia Popular e Solidária no País. Nesta pesquisa, foram pesquisadas seis incubadoras universitárias, sendo que todas informaram que receberam o apoio do então governo federal através da SENAES, junto a editais específicos para fortalecimento das incubadoras, principalmente através do PRONINC, FINEP e do CNPq.

Porém, os recursos destinados pelo Governo Federal através de editais públicos muitas vezes mostraram-se insuficientes para suprir as demandas. Esta questão relacionou-se ao fato dos editais limitarem o acesso ao aporte financeiro destinado as incubadoras. Faz-se necessária a criação de políticas públicas que atendam às necessidades de desenvolvimento da Economia Popular e Solidária através de formações continuadas e ainda viabilizando um fluxo contínuo de financiamento e descentralizado nas esferas públicas, de forma que o apoio governamental não consis-

ta somente por meio do repasse dos recursos através editais específicos.

Menciona-se, ainda, que dentro da Senaes existia, além do apoio ao Proninc, dois programas sociais destinados aos empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária: Programa Resíduos Sólidos e do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Até 2011, vigorou o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento que foi uma das principais ações da Senaes. Alude-se também que na região sul do Brasil, foco desta pesquisa, teve-se secretarias de Economia Popular Solidária no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Ao compor o Plano Brasil Sem Miséria, a Senaes passou a ter como meta a atuação frente a 260 mil famílias em situação de pobreza extrema. Mais de 36 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza desde 2003 até o início da crise econômica, por meio de diversos programas e políticas sociais e políticas de emprego, em que pese não ter reduzido a desigualdade. A pobreza ultrapassa os limites de renda, é, pois, necessário percebê-la como algo multidimensional, tendo como perspectiva não somente o aumento ou obtenção da renda, mas sim, o acesso a políticas de saúde, educação, habitação, entre outras.

Dessa forma, percebe-se que estes empreendimentos de Economia Popular Solidária não eliminam o conflito capital *versus* trabalho e nem a questão social brasileira. No entanto, estas experiências coletivas bem como outros programas e ações governamentais podem estar se constituindo em formas contraditórias de resistência à pobreza extrema no Brasil.

Trazendo informações obtidas através da pesquisa realizada junto às incubadoras constatou-se que estas realizam o processo de incubação junto aos empreendimentos nas seguintes frentes de atuação: agricultura familiar, artesanato, reciclagem, saúde mental e projetos culturais, sendo que uma mesma incubadora pode incubar/assessorar empreendimentos de diferentes frentes e iniciativas. Destaca-se que predomina a atuação destas incubadoras primeiramente com a agricultura familiar, caracterizando os pequenos produtores rurais, seguida pela reciclagem e pelo artesanato realizados no meio urbano, mas não se pode deixar de

observar a importância que esses empreendimentos, quando fomentados, podem contribuir com a saúde mental dos associados.

Os associados, quando integrantes de empreendimentos viáveis e sustentáveis, podem apresentar uma boa saúde mental, pois como afirmam Barfknecht, Merlo e Nardi (2006), a identificação dos trabalhadores com o cooperativismo, bem como, através de relações solidárias e do gerenciamento podem transformar sofrimento em prazer, pois existe a possibilidade constante de rediscutir a organização do trabalho, podendo criar novos modos de viver o trabalho.

Ainda se reportando à saúde mental, entre os grupos que estão vinculados aos Caps, pode-se afirmar que a economia solidária pode promover condições de inclusão social pelo trabalho, promover a produção de autonomia desses trabalhadores e especialmente para os que vivem em situação de extrema pobreza como afirma Delgado (2005), a transferência de recursos financeiros direto aos associados, ou a produção destes, tem contribuído no tratamento terapêutico pois não exige nenhum tipo de relação especial com os seus familiares “para que seja reconhecida a sua autonomia”.

Constatou-se que a intervenção das Incubadoras e dos respectivos meios de fomento, tem contribuído com a redução da extrema pobreza e na ampliação da participação desses associados junto à comunidade, pois como afirmam Thesing e Juliani (2008) além da satisfação das necessidades básicas, das necessidades diferenciadas, estas conseguem promover o que os autores chamam de necessidades superiores, que é o da convivência e da relação com os outros, da participação e integração comunitária, bem como, do desenvolvimento humano.

Em relação à metodologia de incubação utilizada pelas incubadoras universitárias pesquisadas frente aos empreendimentos coletivos, constatou-se que as incubadoras desenvolvem um processo de assessoria, que comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

O processo de incubação é diversificado, no entanto possuem alguns aspectos em comum, entre eles: diagnóstico dos grupos, oficinas e

encontros de formação em Economia Solidária e assessoria contábil. Não existe um protótipo utilizado que possibilite que cada incubadora possa definir suas ações de incubação. Assim, as incubadoras universitárias não mencionaram um formato orientado para ser utilizado como metodologia de incubação, mas sim situaram o foco na viabilização e autogestão dos empreendimentos incubados. Destaca-se também que as incubadoras mencionaram o trabalho desenvolvido frente aos empreendimentos com integrantes em situação de vulnerabilidade e a busca pela superação da pobreza.

As incubadoras informaram também que buscavam desenvolver ações associando a extensão universitária, a pesquisa e o ensino. Como se remete a incubadoras universitárias, as equipes comumente eram compostas por docentes, técnicos e discentes, de forma que o tripé ensino, pesquisa e extensão, se constitui; assim as incubadoras se constituíram, portanto, em mais um dos espaços de formação discente, bem como de interação com a comunidade de forma pró-ativa.

A respeito de como a incubadora por meio do processo de incubação poderia estar contribuindo no enfrentamento da extrema pobreza socioeconômica na Região Sul do Brasil, após o período de criação da Senaes, as incubadoras descreveram que após a criação da Senaes, passou-se a ter um investimento bem maior destinado as incubadoras universitárias. Conseqüentemente com a assessoria desenvolvida pelas incubadoras os empreendimentos coletivos passaram a ter mais chances de obter a viabilidade econômica, agregando a renda destes usuários e de suas famílias. Portanto, pode-se mencionar que as incubadoras universitárias constituíram-se em uma das formas de contribuição para a extrema pobreza na região sul - e possivelmente no Brasil.

Sabe-se que a melhor forma seria a inserção destes trabalhadores no mercado formal de trabalho e com acesso a todas as políticas sociais, porém, não se pode negar, com base nas informações obtidas, que a incubação desenvolvida pelas incubadoras impulsiona os empreendimentos a terem viabilidade econômica, e também através destas assessorias os trabalhadores e seus familiares melhoram suas condições de vida e passam a utilizar outros serviços atrelados as políticas sociais. Mesmo

não se tendo uma padronização nas metodologias de incubação, constata-se a obtenção da renda por parte dos trabalhadores, conforme as informações seguintes.

No que se refere à constituição dos empreendimentos entrevistados, os homens constituem a maior porcentagem com 56% e as mulheres compõem 44% dos integrantes. Já em relação à constituição e formalização dos empreendimentos, 72% apresentam-se como associações, 14% compõem-se enquanto Cooperativas e 14% constituem-se como grupos informais. Esses dados são significativos, pois demonstram que, através da incubação desenvolvida com os empreendimentos coletivos, foram formalizados possivelmente a partir do próprio processo de incubação. Esta informação é relevante na medida em que se percebe que os grupos informais incluem trabalhadores com rendimentos menores e sejam constituídos através de empreendimentos menos organizados. Constata-se também que os empreendimentos constituídos através de associação caracterizam-se por serem de pequeno e médio porte.

Entre os dados levantados, 88% dos integrantes dos empreendimentos contribui como autônomos a previdência social e 17% não contribui ao sistema previdenciário. Isso demonstra, através da formalização dos empreendimentos, uma menor precarização do trabalho coletivo, pelo menos em relação à previdência social. Através da incubação possivelmente os rendimentos melhoram e possibilitam a contribuição frente ao INSS, além da orientação recebida. Este dado demonstra que se ocorre a contribuição ao INSS, estes trabalhadores possivelmente não vivenciam a situação de pobreza extrema.

Já em relação à idade, verifica-se que os integrantes vinculados aos empreendimentos incubados, possuem entre 18 e 70 anos. Constata-se a inserção dos jovens e dos idosos nestes empreendimentos, fato este que também pode estar relacionado com as escolaridades em diferentes níveis.

No que se refere à origem e a consolidação dos empreendimentos, constatou-se que todos os empreendimentos pesquisados foram constituídos após a criação da Senaes, e possivelmente pelo suporte as incubadoras universitárias, uma vez que os integrantes dos empreendimentos

analisados informaram que foram criados com o incentivo de outras instituições, entre elas as incubadoras universitárias.

Em síntese, o empreendimento A trabalha com a confecção de produtos artesanais; os empreendimentos B e F com o plantio de hortaliças, serviços populares e educação popular; o empreendimento C trabalha com tecelagem, cartonagem, tricô, crochê, pintura, retalhos de madeira, porta bijus, bijus, bordados, bolsas recicláveis e patchwork; os empreendimentos D, E e G desenvolvem atividades com materiais recicláveis, triagem, prensagem e comercialização.

Frente a estas atividades produtivas, novamente ressalta-se a compreensão da preservação ambiental e desenvolvimento sustentável na perspectiva do processo de trabalho, tendo em vista que as incubadoras assessoram os empreendimentos com base nesta perspectiva. Essas compreensões da importância da preservação do meio ambiente propulsiona uma mudança cultural na formação destes integrantes, pois os mesmos acabam por repassar esta conscientização aos seus filhos e demais membros familiares, além de suas relações com a sociedade.

Em relação à renda individual dos integrantes, esta variava entre R\$400,00 a R\$1.500,00 conforme a demanda de produtos comercializados. O empreendimento A, vinculado ao CAPS, apresentava a menor renda individual, de aproximadamente R\$400,00, enquanto o empreendimento G, que trabalhava com a coleta e comercialização de matérias recicláveis apresentava a maior renda, aproximadamente R\$1.500,00, praticamente dois salários mínimos, na época da pesquisa.

Mesmo sendo um valor baixo, tendo como perspectiva que a pobreza extrema correspondia a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo que em 2014 significava R\$ 181,00. Evidentemente que aos empreendimentos com rendimentos menores se faz necessária um processo de assessoria mais contínuo, porém os outros demonstraram ter viabilidade econômica. Lembrando que a medida que passam a ter acesso à renda, através da orientação recebida pela assessoria passam a utilizar outros serviços e políticas públicas. Menciona-se ainda que os trabalhadores que obtinham rendimentos menores, possivelmente usufruíam do benefício do Programa Bolsa Família, viabilizado por meio da Política de Assistência Social.

Pode-se mencionar que o trabalho de incubação desenvolvido pelas incubadoras apoiadas pela Senaes e governo federal vinha contribuindo para o enfrentamento da extrema pobreza, muitas vezes contribuindo na identificação de “nichos de mercado” para os produtos dos empreendimentos. Os nichos de mercado apresentam-se como importantes alternativas, pois são espaços que são conquistados através da criatividade presente, por exemplo, em empreendimentos vinculados aos Caps, em escolas que tem entre seus alunos jovens e adultos em idade ativa para o trabalho mas que precisam desta criatividade para a sua subsistência, ou usuários do sistema prisional que mesmo reclusos, sabem que precisam ajudar financeiramente os familiares que dependiam de seus rendimentos antes da reclusão.

Além desses nichos, outro diferencial que compõe a organização dos grupo e fomentado pelas incubadoras são as tecnologias sociais. Estas são fundamentais para a confecção dos produtos com um custo reduzido e com boa qualidade, evitando o que Singer (2005) fala do comprar em função do argumento social ou um apelo a generosidade das pessoas.

Entre os grupos pesquisados, um trabalhava com serviços populares e com educação popular. Essa forma de compreender o movimento teórico e prático da educação através de uma vertente crítica do mundo proposto se apresentou quando uma das incubadoras sociais afirmou que trabalha com três ênfases, que são: a formação dos acadêmico que integra o processo, com atividades que visam a ampliação da renda dos associados dos empreendimentos e na formação e articulação de políticas públicas para a área. Quando reúne-se o saber técnico científico e o conhecimento popular para com essas atividades, a possibilidade da inclusão social e da redução da pobreza extrema se amplia.

Em relação ao processo de incubação, todos os grupos pesquisados informaram que receberam o apoio das incubadoras. Diante disso, as incubadoras universitárias contribuem de forma significativa no enfrentamento à extrema pobreza, auxiliando os empreendimentos no seu processo de criação e consolidação de grupo, articulando os trabalhadores que se apresentam excluídos do mercado formal de trabalho e

viabilizando de forma solidária a geração de trabalho e renda. A contribuição se dá com um acompanhamento no dia a dia do empreendimento. De acordo com o levantamento de informações realizado por meio desta pesquisa, as incubadoras universitárias afirmam que sua atuação visa a autonomia e inclusão por meio de programas, projetos sociais e políticas públicas. A atuação das incubadoras, observando os dados, se dá através de um processo de aproximação entre os sujeitos integrantes dos grupos e as políticas públicas existentes.

Assim, com base nos sete empreendimentos pesquisados através da amostra intencional, constatou-se que o apoio da Senaes as seis incubadoras, e, conseqüentemente o apoio das incubadoras universitárias aos empreendimentos, estava contribuindo ao enfrentamento à extrema pobreza, mesmo frente aos empreendimentos mais vulnerabilizados. Tal realidade é afirmada com base nos empreendimentos e incubadoras pesquisadas, não podendo se confirmar na totalidade destes segmentos na região sul. Destaca-se ainda que mesmo que estes trabalhadores não estivessem em situação de pobreza extrema, correspondem também ao processo de precarização das relações de trabalho, portanto, entende-se como uma das alternativas existentes, possivelmente retirar estes trabalhadores da miséria, possui sua relevância.

Dessa forma, se com poucos encontros de formação destinados as incubadoras e com o aporte financeiro, as incubadoras universitárias estão conseguindo consolidar os empreendimentos, possivelmente com mais direcionamento na parte metodológica da incubação, talvez os resultados seriam ainda melhores. A destinação de recursos para as incubadoras, sem restrição de rubricas, seria um importante passo para a efetivação da Política Pública para a Economia Solidária.

Assim, a produção de conhecimento científico possibilita contribuir com o aprimoramento de demandas existentes que são pesquisadas, possuindo então uma relevância de cunho social e que contribua para a “práxis”. Salienta-se, ainda, que análises e investigações científicas realizadas por pesquisadores atrelados ao Serviço Social sobre experiências de Economia Popular Solidária e sobre o processo de incubação são importantes, devido ao fato de que a maioria desses empreendimentos co-

letivos ainda não possui acompanhamento de assistentes sociais.

Para o assistente social, a investigação da realidade é uma necessidade para o seu cotidiano profissional. Em outros termos, para que o assistente social intervenha nessa realidade, na incubação de empreendimentos coletivos e populares, primeiramente necessita-se um estudo mais aprofundado sobre o tema, a fim de ser elaborado um diagnóstico, para posteriormente, realizar-se um trabalho interventivo com base num planejamento consubstanciado.

O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional – do Serviço Social –, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993) tem como princípios fundamentais à ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade e da classe trabalhadora, a opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Com base nesse direcionamento ético-político, tem-se como intencionalidade também aproximar esses empreendimentos coletivos do trabalho dos assistentes sociais.

Por fim, faz-se necessário um processo de conhecimento mais elaborado acerca das experiências que constituem a Economia Popular Solidária pelo Serviço Social, bem como desta política social e seus respectivos programas durante os governos Lula e Dilma, posto que estes, juntamente com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas instituições sociais, entre elas, as incubadoras universitárias, constituíram-se em ações de redução da pobreza extrema no Brasil, sem desconsiderar a própria contradição envolvida neste processo, tendo em vista que estes empreendimentos fazem parte do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, R. M.; SCHIOCHET, V. **Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: A Construção de Estratégias Emancipatórias Para a Superação da Pobreza Extrema**. Mercado do trabalho. IPEA, N. 54, p. 71-81, 2013.

ANDRADE, M. C., Moraes B., M. A. V., A.; FRANSOZIO, M. B. B.; SANTOS, R. **Zavatin dos**. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol.33 nº. 1, Brasília, 2013.

ANTEAG, Autogestão. **Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Antegag, 2000.

ANTUNES, R.; SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; 2008.

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F.C. **Economia Popular e Solidária a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ASSEBURG, H. B.; ICAZA, A. M. S. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Mapeamento Nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.** 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

BANCO DO POVO CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.bpcs.org.br/paginas/QuemSomos.aspx>> Acesso em: 13 nov. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e de ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

BARFKNECHT, K. S; MERLO, Á. R; NARDI, H. C. **Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre.** *Psicologia & Sociedade*; Porto Alegre, ed. 18 v.2, p.54-61; mai./ago. 2006.

BARRETO, A. V. de B. **Cultura da Cooperação: subsídios para uma economia solidária.** In: *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.* São Paulo: Contexto, 2003.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Políticas Sociais-fundamentos e história,** Coleção: Biblioteca Básica de Serviço Social, 9 ed, São Paulo: Cortez, 2012, v.2.

_____. **Política social no capitalismo tardio.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

--BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Documento Final. II Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: 2010.

_____. **Lei nº10.683-2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: 2011.

_____. **FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)**. São Paulo: 2012. Disponível em: <www.finep.gov.br/programas/proninc> Acesso em: 02 jun. 2012.

BOSI, A. de P. **A organização capitalista do trabalho “informal”**: O caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23. n. 67, p.101, jun. 2008.

CARVALHO, P.; KRAYCHETE, G. **Economia Popular Solidaria Indicadores para a Sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Ricos, podres de ricos**. - 2 ed. - Porto Alegre: Marcavisual: Tomo Editorial, 2018.

_____. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis-SP: Vozes, 1996.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania: Produção e direitos na era da globalização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA NETO, C. **Agricultura não convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica**. In: FROEHLICH, José Marcos, Diesel, Vivien (org). Informativo de textos, 2011. Disponível em: <<http://mutuando.org.br/?m=201103>>. Acesso em: 26 out. 2014.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, R. (org). **Tecnologias Sociais**. In. CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

_____. (org). **Tecnologia Social**: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010.

DELGADO, P. G. Economia Solidária e Saúde Mental – Conferência de abertura. In. **Saúde Mental e Economia Solidária**: inclusão social pelo trabalho. Ministério da Saúde. 1ed. 2005.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DRUCK, G. **Terceirização**: (Des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

EID, F.; PICANÇO, I.; TIRIBA, L. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES**. In: (Orgs). Trabalho e Educação. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004.

FRANTZ, W. **Práticas Cooperativas como Processos Educativos**. Textos & Contextos. São Paulo, Educação Popular. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Nº 83. 2010.

FRANÇA FILHO, G. de C. F. **Teoria e prática em Economia Solidária**: problemática, desafios e vocação. Civitas. Porto Alegre, PUCRS, v. 7, p. 155-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/>

1542>. Acesso em: 12 out. 2009.

FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos. **Programa PRONINC**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc>. Acesso em: 30 set. 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbess.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 25 fev. 2014.

FREIRE, P. **Política e educação**. - 8. ed. - São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: Um estudo introdutório**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. **Política de desenvolvimento regional e inovação: Lições da experiência européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6 ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOERCK, C. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009.

IADH-Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.iadh.org.br/>> .Acesso em: 18 Nov. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** - 22 ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais.** 2012.

_____. **Pesquisa Mensal de Empregos.** Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2014/pme_201404pubCompleta.pdf. Acesso em: 01 jun, 2014a.

_____. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2010.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014b.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio. (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **O projeto esperança/ Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil.** Relato de uma experiência. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

ITS. Instituto de Tecnologia Social–**Tecnologia Social.** Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social. Disponível em: www.itsbrasil.org.br. Acesso em: 30 abr. 2012.

INSTITUTO GÊNESIS. **O que é a Incubadora Social?** Disponível em: <<http://www.genesis.puc-rio.br/genesis/main.asp?Team=%7BC5D2B82E-7418-46A1-9981-9986EC6E49DE%7D>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. n°58. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1796>. Acesso em: 02 jun. 2014.

KRUPPA, S. M. P. **Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano**. In: Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 104p. 2005.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KONDER, L. **O que dialética**. 28. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

LEAL, A. **Reinserção do lixo na sociedade do capital: Uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem**. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 177, jul./dez. 2002.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Cadernos Uniju, série Economia Solidária. Iju: Uniju, 2006.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Regio. Porto Alegre. Gestão 1999/2002.

LISBOA, A. M. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1999.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. So Paulo: Cortez, 2009.

LUCENA, C. **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. 1 ed. São Paulo: Alínea Cultura. 2008.

MARQUES, I. C. **O Brasil e a abertura dos mercados**: O trabalho em questão. São Paulo: ABET, 2002.

MATTOSO, J. A desestruturação da democracia. In: **Dipl Brasil**: Caderno de Debates do L Monde Diplomatique. Edição brasileira especial nº 1. Globalização e mundo do trabalho. Setembro 2000. p.14-16.

_____. **A desordem no trabalho**. São Paulo: Scritta - p. 69-109. 1995.

MARX, K. **O Capital, Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. So Paulo: Editora Nova Cultura, 1988. v1.

MDS - **Ministerio do Desenvolvimento Social**. Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MEDEIROS, A. **Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal**. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MELO, J. A. de; SOUTO, J. V. **Interfaces no trabalho**. Temporalis, Brasília, DF, ano 11, n.21, p.49-70, jan./jun. 2011.

MERLO, Á. R. C; NARDI, H. C. **Saúde Mental e Economia solidária**: Análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicol. Soc.* vol.18 no.2 Porto Alegre May/Aug. 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MIOTO, R. C. T. **Perícia Social**: proposta de um percurso operativo. In: *Revista Quadrimestral de Serviço Social & Sociedade*, So Paulo, Cortez, n. 67, 2001.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. 2014a. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. **Os empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. 2014b. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008-2011)** 2014c. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/objetivos.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Fomento as Incubadoras de Economia Solidária.** Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras.asp. 2014d>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Programa de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/objetivo-3.htm>> 2014e. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/objetivos.htm>>. 2014f. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Atribuições da Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-de-economia-solidaria.htm>>. 2014 g. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. **Parceria SENAES e CNPq.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/parceria-senaes-cnpq-amplia-apoio-a-incubadoras/palavrachave/economia-solidaria-proninc-incubadoras-populares.htm>>. 2014 h. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. **Plano Brasil Justo e Solidário.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B930233D49/RESOLUCAO%204%20WEB.pdf>>. 2014i. Acesso em: 13 mar. 2014.

NETO, J. F.de M. **Educação Popular e “experiência.** Textos & Contextos. Educação Popular. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Nº 85. 2011.

NOBRE, M. **Mulheres na Economia Solidária.** In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

NUNES, D. **Incubação de Empreendimentos de economia Solidária**. Uma aplicação pedagógica da participação. 1ed. São Paulo: Anablume, 2009.

OLIVEIRA, J. P. **Mulheres na Economia Solidária**: Possibilidade de reconhecimento e emancipação social. Revista Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul./dez., p. 325 a 332, 2008.

PAULA, P. M. **Trabalho Informal e Exclusão Social**: Perspectivas para a Efetivação do Estado Democrático de Direito. Bauru/SP: Canal 6, 2012.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: Uma leitura desde o campo democrático. Tomo Editorial. Porto Alegre. 2001.

PESSOA, C. **Economia Solidária e Feminista**: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Disponível em: <www.fbcs.org.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 12 out. 2016.

PINHEIRO, D. C; GONTIJO, F. M. C. **O reflexo dos financiamentos para as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**: Possibilidades de desenvolvimento ou retrocessos? XXXV Encontro da ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR162.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: Um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PROGRAMA. **Economia Solidária em desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: 06 jun. 2012.

RECH, D. **Cooperativas**. Uma onda legal. Rio de Janeiro, Coleção Socializando o Conhecimento, nº 8. 1991.

REIS, Carlos N dos. **Exclusão Social**: A multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). **Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social**, Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 123-140.2002.

ROQUETE, C. R. **III Seminário de Geração de Trabalho e Renda**. Plano Brasil Sem Miséria. Brasília DF. Disponível em: <file:///C:/Users/Raquele1%20Celso/Downloads/15_Claudio%20da%20Rocha%20Roquete%20(1).pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

ROVAI, R. **Geração de Trabalho e Renda - Economia Solidaria e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Brasil Cultura, 2006.

SENAES. **Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: Anais, 2006.

SENNA, M. C. M. **Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007.

SETÚBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. O. S; YAZBEK, Maria C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, P. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos**; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

_____. **É possível levar desenvolvimento para as comunidades pobres?** 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETÚBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TANAKA, T. A Economia Solidaria na USP: A ITCP e a COOPERBRILHA Diversidade. V Encontro Internacional de Economia Solidaria, São Paulo. Núcleo de Estudo da USP, 2007. Disponível em: <www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesoll/Publicacoes/.../DI-01.pdf>. Acesso em: 14 out. 2009.

TAVARES, M. A. **Os Fios (in)visíveis da produção capitalista - Informalidade precarização do Trabalho**. São Paulo, Cortez, 2007.

THESING, N, J.; JULIANI, L. **Economia Solidária e desenvolvimento local**. Série Economia Solidária, Cadernos Unijuí. Ijuí: 2008.

UNITRABALHO. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>> Acesso em: 13 mar. 2014.

TORVES, J. C. **Economia solidaria**. 1 ed. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

VASCONCELOS, A. M. Relação teoria/prática. **O processo de assessoria/ consultoria e o Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

YAZBEK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade. Nº.110 São Paulo abr./jun. 2012.

_____. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis. São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.